



CNIS NA COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

É essencial rever o regime fiscal e a TSU das IPSS

CONSELHO GERAL

CNIS reclama uma atualização de 4% na cooperação



COHOUSING
Habitação Colaborativa é solução para idosos autónomos



FAPPC
Apresentado relatório sobre paralisia cerebral em Portugal

CUSTOS TÉCNICOS E RECURSOS HUMANOS

CNIS requer participação das IPSS para municiar Grupos de Trabalho

No âmbito da concretização de uma das medidas mais exigidas pela CNIS nestes dois últimos anos, plasmada no Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2017-2018 e que, ainda assim, só em dezembro de 2018 foi materializada parcialmente, com a criação de dois Grupos de Trabalho, de mais previstos no protocolo assinado entre o Governo e o Sector Social Solidário.

Criados, finalmente, os Grupos de Trabalho “para estudo e definição prospetiva dos custos técnicos das respostas sociais e proposta de um modelo de financiamento duradouro correspondente, considerando designadamente uma estrutura de custos estimados como adequados para o bom funcionamento das respostas sociais, bem como a estrutura de custos atual,

devendo o trabalho ser desenvolvido com a disponibilização de toda informação relevante”, e para “avaliação dos impactos da maximização dos recursos humanos nas várias respostas sociais, o qual proporá (...) um novo modelo de organização que possibilite uma gestão mais eficaz e sustentada, mas mantendo os mesmos níveis de qualidade”, a CNIS solicita a participação de todas as associadas num processo que poderá consumir algum tempo, mas que, seguramente, será muito útil em negociações futuras no âmbito da cooperação com o Estado.

Estes grupos de trabalho iniciaram funções apenas em dezembro de 2018 e são constituídos pelos representantes do Terceiro Sector (CNIS, União das Misericórdias, União das Mutualidades e CONFECOOP),

pela Direção-Geral da Segurança Social, pelo Instituto da Segurança Social, I.P. e pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

As associadas da CNIS que pretendam contribuir para os trabalhos que estão a ser desenvolvidos no âmbito destes grupos, poderão manifestar a sua disponibilidade para participar, através do preenchimento de uma inscrição (AQUI).

Toda a informação disponibilizada será objeto de tratamento confidencial e utilizada exclusivamente para os objetivos enunciados. Os resultados serão apresentados por resposta social com uma análise multivariada de critérios, não permitindo a identificação da IPSS.

EUROPA MINHA (Conclusão)

Nesta terceira parte e final do texto que, desde há dois meses tenho vindo a apresentar, correspondendo ao pedido da Comissão Europeia e do Comité Económico e Social Europeu, do qual sou membro em representação da CNIS e de Portugal, no sector social solidário, os quais, desafiaram os seus membros a colaborarem com intervenções públicas, focando as razões da necessidade de uma elevada participação dos cidadãos nas eleições europeias a ocorrer de 23 a 26 de Maio deste ano. O objectivo da Comissão é o de motivar os europeus para uma elevada participação na votação e votando nos partidos políticos tradicionais e europeístas e por esta via retirar alguma força aos partidos apelidados de ‘populistas’ que, aproveitando o descontentamento de alguns sectores da população europeia pretendem, através do voto, nestes partidos, aumentarem a sua voz no Parlamento Europeu e por esta via, desestabilizarem o desenvolvimento do projecto europeu.

A EU nascida há mais de sessenta anos (tratado de Roma de 1957) tem o seu acervo assente no aprofundamento dos direitos fundamentais dos cidadãos e das quatro liberdades (**livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capital**) com base numa **‘economia social de mercado’** e num **modelo social centrado no ‘bem estar das pessoas’ e num sistema político democrático**, no qual exercem papel fundamental os parceiros sociais (organizações patronais e sindicatos) e a participação geral da sociedade civil através das suas organizações

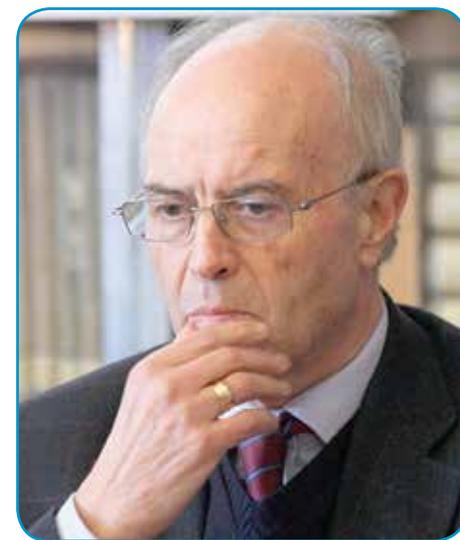
representando a sociedade civil organizada que, em organizações como o Conselho Económico e Social (do qual a CNIS é membro) participam e avaliam os orçamentos, planos nacionais de reformas e recomendações decorrentes do ‘semestre europeu’, dos seus governos tendo por consequência alguma influência nas políticas sociais, económicas e fiscais do país.

Para melhor comunicar e informar os cidadãos europeus sobre as suas actividades a Comissão criou uma plataforma na internet, em português **‘o que a Europa faz por mim’ (na minha região, na minha vida)** procurando desta forma esclarecer melhor os cidadãos e deste modo mobilizá-los para votarem nas eleições europeias. Aconselho o seu visionamento.

Quer isto dizer que a Comissão e os Estados Membros têm feito um trabalho muito positivo em favor dos cidadãos europeus? Nem sempre. **(De notar que muitas vezes se culpa a Comissão Europeia quando a responsabilidade da implementação de medidas mais favoráveis aos cidadãos e ao desenvolvimento económico é da responsabilidade dos Estados Membros).**

Como todos sabemos, em todos os sectores da actividade quer seja política, económica, social, empresarial, etc., o sucesso das organizações depende da **‘qualidade das pessoas responsáveis’** e neste aspecto, a qualidade dos Presidentes da Comissão a partir de Jaques Delors, isto é, Jacques Santer, Mário Monte, Durão Barroso e Junker foram claramente

José Leirião
Membro da CNIS



inferiores ao desejável e não estiveram à altura das exigências e circunstâncias no seu tempo. Apenas focando os aspectos menos positivos da EU:

- a) a incapacidade de oferecer uma resposta eficaz aos desafios da globalização
- b) a ascensão e o domínio das empresas multinacionais
- c) a má gestão da crise financeira afectando muitos países europeus, havendo ainda alguns que, passado uma década, continuam com elevados problemas de dívidas, desemprego e pobreza.
- d) descontrolo dos fluxos migratórios.
- e) aumento dramático das desigualdades de rendimento entre os cidadãos europeus.

Serão estas, razões para os cidadãos europeus não votarem nas eleições europeias nos partidos europeístas? Claramente que não, mas temos de ser mais exigentes no futuro.

Cuidadores

1. De acordo com o Estudo realizado pela CNIS sobre o “*Diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS*”, as principais fontes de rendimentos das pessoas cuidadas em Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas (ERPI - Lar), em Centro de Dia, em Centro de Convívio e em Apoio Domiciliário, são a pensão de velhice (82%), pensão de invalidez (15%), pensão de sobrevivência (2%) e a carga da família (1%). Da população nestas respostas sociais, 52,91% tem apoio financeiro inferior ao salário mínimo e apenas 17,51% tem apoio financeiro superior ao salário mínimo nacional.

Ainda no quadro deste diagnóstico, 70,57% das pessoas idosas cuidadas em ERPI são mulheres e a maioria das pessoas idosas tem uma ou mais doenças crônicas medicamente diagnosticadas, sendo que 1/3 das pessoas idosas em ERPI tem o diagnóstico de Demência. A incontinência é o problema de saúde com maior impacto nos percursos de saúde dos utentes em ERPI a par das dificuldades de memória e de comunicação, de acuidade visual/auditiva e de uma significativa maioria necessitar de cadeira de rodas.

As incapacidades da população que é apoiada e cuidada nestas respostas sociais, incluindo Centro de Dia e Apoio Domiciliário, são, nomeadamente, na gestão das finanças, alimentação, preparação de refeições, ida às compras, deslocação a serviços públicos, vestir-se, toma de medicamentos, uso do telefone e realização de tarefas domésticas.

É neste enquadramento que as famílias confiam os seus às Instituições de Solidariedade por dificuldades do “cuidador” que vão desde problemas de saúde, depressão e esgotamento, a problemas financeiros. Acresce que em 30% dos utentes de SAD não existe “cuidador informal”.

Importa ainda referir que a pessoa significativa que mais visita os utentes nas Instituições de solidariedade, são os filhos (61%), a esposa e irmãos (7,6%), netos (5,7%), sobrinhos (4,8%), amigos (2,9%), maridos (1,9%) e primos (1%). É assim que temos vindo a propor, o termo de cuidadores, no plural, que, pelo menos no nosso entender, é mais abrangente e inclusivo e não apaga a maioria feminina que constitui a grande obreira dos cuidados ditos informais, ainda que, na nossa ótica de proximidade e objetividade, preferindo sempre falar de família, respeitando a realidade social dos estudos e observacional.

2. Conhecemos os testemunhos pungentes dos familiares de pessoas, nomeadamente com doença de Alzheimer, deficiência e dependências múltiplas, de pessoas com outras demências, pais de crianças com doenças raras, pais de crianças com cancro e tantas outras situações de famílias e voluntários que há décadas as Instituições de Solidariedade testemunham e cuidam.

Também as IPSS são testemunhas das

múltiplas carências em apoios psicológicos, de acompanhamento, financeiros e de respostas de proximidade de diversa tipologia que respondam cabalmente às múltiplas necessidades destes doentes e dos seus familiares cuidadores.

Constata-se igualmente a insuficiente formação e informação sobre as especificidades de cada situação e impreparação da maior parte das famílias e da comunidade em geral para fazer face às situações de maior dependência e mais prolongadas, não obstante muitas IPSS venham fazendo, de forma organizada, há décadas, formação às famílias e às populações.

No quadro das necessidades dos cuidadores, maioritariamente familiares, e destes maioritariamente mulheres, como amplamente demonstrado por todos os estudos, e para permitir o descanso dos chamados hoje de “cuidadores”, as respostas de apoio financeiro têm que ser complementadas com outros apoios diversificados e adaptados às realidades locais sociodemográficas, ambientais, de transportes, habitação e de disponibilidade de serviços de proximidade, urgência, entre outros, tendo em conta as dificuldades individuais, familiares, de relação, sociais, profissionais, financeiras, psicológicas e, em geral, de saúde, que estas situações implicam.

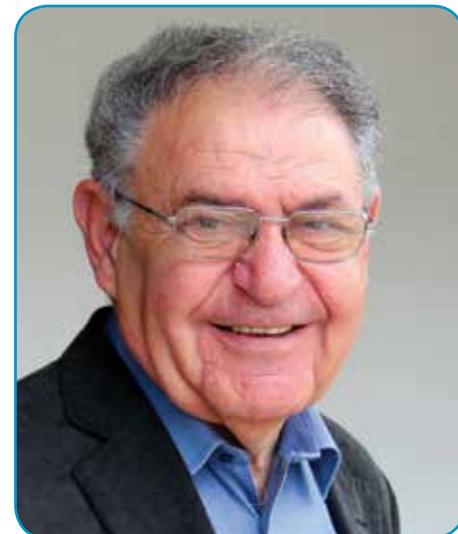
Mas os “cuidadores familiares” não são apenas meros “prestadoras de cuidados informais” que não auferem remuneração. Exercem múltiplas funções, que não se esgotam na higiene habitacional ou individual, nos cuidados alimentares diários, na mobilização, acompanhamento e estimulação de capacidades, mas que envolvem compromissos de respeito, dignidade e de vida, afetos e disponibilidades em função de múltiplos fatores, que vão muito para além de um articulado de direitos e deveres.

3. Congratulamo-nos com a Resolução do Conselho de Ministros que, no passado dia 7 de fevereiro, aprovou a proposta de lei que “*estabelece um conjunto de medidas de apoio ao cuidador informal e regula os direitos e os deveres do cuidador e da pessoa cuidada*”, reconhece a “*importância do cuidador informal*” e a valorização da “*dedicação pessoal na prestação de cuidados a quem se encontra, a seu cargo, em situação de dependência e/ou incapacidade*”.

Certos da bondade desta iniciativa, parecemos igualmente estruturante assegurar que ela se integre numa visão e abordagem pluridisciplinar, interministerial e integrada das questões relativas nomeadamente à Dependência, ao Envelhecimento, à Deficiência, mas também à Família.

Consideramos fundamental assegurar que esta medida não é promotora da desvinculação ou descomprometimento de outros “cuidadores” familiares, amigos, vizinhos e voluntários, que também queiram participar dos cuidados, mesmo

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



não tendo o referido “estatuto” ou “reconhecimento” atribuído e do mesmo modo que os critérios de atribuição do “estatuto” ou “reconhecimento”, elegem efetivamente os melhores “cuidadores” para as diferentes situações em apreço e que os bens e serviços destinados aos “cuidadores”, se repercutem em ganhos de saúde e bem-estar das pessoas que recebem os cuidados.

Assegurar que complementarmente, as famílias que cuidam têm serviços de proximidade humanizados, de cariz solidário e familiar em que se possam apoiar, nomeadamente apoio domiciliário, de cuidados de vida diária mas também de apoio psicológico, psiquiátrico, neurológico, de fisioterapia e de acompanhamento e vigilância médica e de enfermagem, salvaguardando a privacidade, os interesses e a proteção das famílias e das pessoas que elas cuidam e apoiam.

Há que assegurar de todas as formas, que a pessoa fragilizada e incapaz de se defender, não perde o seu “estatuto” e não é vítima de negligência, abuso, maltrato físico, psicológico ou financeiro, ou vítima de qualquer outra forma de abuso e mau trato, pela pessoa ou pessoas que lhes prestam cuidados.

As IPSS surgem assim como os parceiros de equipa que já lá estão, que cuidam há décadas e séculos, com humanidade, em proximidade e respeito pelos direitos humanos, e são garantes dos mais elevados padrões de respeito pela pessoa humana, de um olhar atento na proteção dos mais fragilizados e indefesos e no apoio a quem, genuinamente, lhes presta cuidados, sejam eles informais, prestados pela família, amigos, vizinhos e voluntários ou por profissionais dedicados, na sua competência diversificada. As Instituições Particulares de Solidariedade Social, frequentemente, são o suporte das famílias e, muitas outras vezes, a única “família” que cuida...



CONSELHO GERAL

CNIS quer atualização de 4% na cooperação com o Estado

Sem medidas compensatórias, a CNIS não assina um novo Compromisso de Cooperação se este não plasmar uma atualização da comparticipação do Estado na ordem dos 4%. Esta é a posição defendida pelo presidente da CNIS na reunião do Conselho Geral. Quotizações, avaliação do Programa de Ação 2018 e escolha dos novos elementos para a Comissão Permanente foram outros temas tratados no primeiro Conselho Geral do ano.

A primeira reunião do ano do Conselho Geral, que foi igualmente a primeira após o ato eleitoral da CNIS, pelo que constituiu a primeira dos atuais órgãos sociais, abordou diversos assuntos, alguns de vertente organizativa interna, mas também outros que se prendem com a cooperação com o Estado.

A este propósito, e questionado por um dos conselheiros sobre o andamento das negociações para o novo Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, o presidente da Direção da CNIS começou por responder com alguma ironia, dizendo que “está num bom encaminhamento... até ao fim do ano!”.

Mais a sério: “Houve um encontro exploratório com a CNIS, e também com a União das Misericórdias, em que foi dito que o Governo queria as negociações fechadas até ao fim do ano”.

No entanto, e apesar destas reuniões terem acontecido em 2018, em concreto ainda nada se sabe.

“Quero crer que esta demora de desenvolvimento tenha algo que ver com o acertar de um valor de comparticipação que seja aceitável”, afirmou o padre Lino Maia, sublinhando, porém, que “a CNIS não está muito na disposição de aceitar uma atualização da comparticipação que não seja razoável”.

E por uma atualização razoável, o líder da CNIS entende que é, “a não ser que haja medidas compensatórias, um valor que não deve andar longe dos 4%”.

Preocupado com a complicada sustentabilidade económico-financeira das IPSS – que o estudo da CNIS «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal» veio evidenciar de forma científica –, o padre Lino Maia mostra-se irreduzível: “Não estamos disponíveis para assinar algo que globalmente não seja atualizado em 4%, a não ser que haja medidas compensatórias ao nível de garantias de revisão do regime fiscal e de mexidas na TSU”.

Perante o cenário menos desejado, o presidente da CNIS lembrou os conselheiros que “pode não haver acordo e, nessa situação, ao Governo basta emitir um despacho para definir novas regras”.



Na reunião do Conselho Geral, que decorreu em Fátima, no passado dia 24 de fevereiro, antecedendo a Assembleia Geral do próximo dia 23 de março, abordaram-se outras matérias de relevo para a vida da CNIS e das IPSS associadas, entre as quais o Relatório de Avaliação do Programa de Ação e das Contas de 2018 e também a quotização no seio da Confederação.

Quanto ao relatório, aprovado pela Direção e que agora será apresentado às instituições de base na próxima Reunião Magna, destaque para o facto de o “incumprimento global do Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário 2017/2018” ter sido identificado como “o aspeto negativo” do ano de 2018, enquanto que os principais aspetos positivos no cumprimento do Programa de Ação 2018 foram, entre outros, a realização dos estudos «Diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS», elaborado pela Universidade de Évora, e «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», concretizado pela Universidade Católica,

a constituição da CPES – Confederação Portuguesa de Economia Social, a promoção de formação para diretores pedagógicos e a participação da CNIS na Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA).

Para além disto, o relatório regista que os serviços da CNIS auxiliaram as IPSS com 160 pareceres jurídicos, 1.383 apoios técnicos e ainda dois diagnósticos económico-financeiros.

Depois, os conselheiros foram confrontados com um processo que a Direção quer que seja mais “justo e equitativo” e que é o das quotizações.

“As instituições têm a obrigação de pagar, o que lhes dá o direito de participar”, começou por dizer Macário Correia, tesoureiro da CNIS, colocando, de seguida, o assunto a debate: “Há coisas que têm que ser melhoradas. Os deveres não são pessoais, mas sim institucionais, pelo que há que fazer tudo para resolver este assunto e, por isso, a Direção pede a colaboração das uniões distritais”.



O assunto prende-se com a quotização das IPSS e como resolver os incumprimentos.

“O que se pretende é que o esforço que as associadas de base fazem seja equitativo e justo”, acrescentou Eleutério Alves, vice-presidente e anterior tesoureiro da CNIS, lançando um desafio: “É preciso encontrar um novo regulamento de quotizações. Queremos um regulamento de consenso, que seja uma estratégia feliz e bem-sucedida”.

Presente na reunião a convite da Direção, Lacerda Pais, presidente do Conselho Fiscal da CNIS, foi mais direto e preciso.

“O problema não é o regulamento, mas o não cumprimento do atual. É necessário cumprir os regulamentos atuais e só depois avançar para novos regulamentos”, asseverou o supervisor das Contas da CNIS, acrescentando: “E todos sabemos que não há uniões distritais iguais! Por isso, fica agora à ponderação das uniões distritais para efetuarem propostas futuras que levem à resolução do problema das quotas”.

O debate em torno da questão das quotas puxou para cima da mesa um outro tema, pois eles interligam-se diretamente. Trata-se de definir qual o papel da CNIS, das uniões distritais e das instituições de base e como deve ser o respetivo relacionamento.

Para que não haja sobreposição de papéis nem esvaziamento de funções, é importante a definição dos procedimentos, até por uma questão de economia de recursos.

“As instituições devem colocar as questões, sejam pedidos de parecer técnico e/ou jurídico, à respetiva União Distrital (UD), que deve responder em conformidade”, sublinhou o padre Lino Maia, lembrando que, “se não puder, canaliza para a CNIS que deve responder à instituição”.

Sobre esta questão, Lacerda Pais reforçou este entendimento, dizendo, claramente, que “a CNIS e as uniões distritais só têm que responder a pedidos feitos pelos presidentes das instituições e não a diretores de serviços ou outros”, lembrando que “muitas vezes são elementos que estão em conflito com a Direção da IPSS”.

Por seu turno, Eleutério Alves defendeu que “é preciso que haja um clima de confiança entre todas as entidades [CNIS, UD e IPSS]”, enquanto o padre José Baptista, membro da Direção, deixou um alerta: “Façam normas mas não matem as estruturas”.

Por outro lado, a reunião do Conselho Geral serviu para se saber que a Chama da Solidariedade viajará, entre Abril e Junho, de Valpaços até Vila Real, cidade que acolhe a Festa da Solidariedade 2019, em dia ainda por definir entre 7 e 8 de junho.

A jornada de trabalho em Fátima, que começou pela escolha do novo secretário para o órgão consultivo da Direção, que é agora Tiago Abalroado, presidente da UDIPSS Évora, substituindo Eduardo Mourinha, líder da União Distrital de Santarém, ficou ainda marcada pela escolha da nova Comissão Permanente do Conselho Geral (CPCG), órgão presidido pelo padre José Baptista.

A nova composição da CPCG é: Rui Leite Castro (Norte), Horácio Santiago (Centro), Luís Amaral (Lisboa e Vale do Tejo e Setúbal), Tiago Abalroado (Alentejo e Algarve), Francisco Caldeira (Açores e Madeira) e Gil Tavares

(Federações).

A fechar o Conselho Geral, o cônego Roberto Mariz informou os conselheiros que está para arrancar uma formação em gestão para dirigentes 2019/2020, estando a decorrer o período para calendarização com as uniões distritais.

Para esta formação de 60 horas, pretende-se a constituição de turmas de 30 formandos, sendo que a prioridade é dada aos dirigentes das instituições representadas nos órgãos sociais das UD. A formação está a cargo da Universidade Católica.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em **Fátima**, no **Hotel Cinquentenário**, no próximo dia **23 de Março de 2019**, pelas **9h45**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2018;
2. Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano de 2018 (artº 50, nº 1, al. e));
3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2018;
4. Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto e Sede da CNIS, 6 de Março de 2019

XIII CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS

Presidente da CNIS condecorado em Albufeira

O presidente da CNIS, padre Lino Maia, foi condecorado pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), numa cerimónia que decorreu na sessão de encerramento do XIII Congresso das Misericórdias, que decorreu em Albufeira.

Sob o olhar atento do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e de centenas de congressistas, o padre Lino Maia foi a única personalidade externa à União das Misericórdias a ser distinguida.

“O doutor Lino Maia, com a sua serenidade, o seu saber e o seu conhecimento do que é o papel das Misericórdias, foi fundamental para que se pudesse ultrapassar uma questão que tivemos há uns anos com alguns sectores da hierarquia da Igreja e que hoje está completamente resolvida”, começou por referir Manuel Lemos, presidente da UMP, justificando que a distinção é um merecido reconhecimento: “Todos devemos muito ao doutor Lino Maia, porque, fruto da sua personalidade e maneira de estar, foi fundamental para que as Misericórdias pudessem, também nesta área, encontrar a sua identidade”.

Na véspera, num painel intitulado «Tutela e Cooperação», o presidente da CNIS e a secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, apresentaram as suas perspetivas sobre a matéria. O padre Lino Maia, depois de traçar um breve retrato histórico sobre o processo de cooperação entre o Estado e o Sector Social Solidário, que designou como “o ato de unir esforços para resolver problemas”, sublinhou “a importância de se caminhar para uma Lei de Bases da Cooperação”.

Recordando que “a subsidiariedade, a proporcionalidade a participação e a solidariedade” como princípios orientadores da cooperação, o líder da CNIS criticou a recorrente “falta de solidariedade do Estado”.

Enfatizando “a importância da confiança nas instituições sociais e nos seus dirigentes e, igualmente, no Estado”, o padre Lino Maia defendeu que, para que tal aconteça, “é preciso que o Estado não se demita”, sendo fundamental “ultrapassar a ideia de que as instituições fazem e o Estado apoia”.

Para o presidente da CNIS, “não é um favor que o Estado faz às instituições, mas é a sua obrigação, que tem que ser feita de forma sustentada”, por isso desafiou o Estado “a reconduzir a participação para valores sustentáveis”.

Perante a secretária de Estado da Segurança Social e uma sala repleta de dirigentes de Misericórdias de todo o País, o padre Lino Maia alertou para dois perigos iminentes, se a sustentabilidade das instituições não for tratada como deve: “O encerramento das instituições ou o desvio da sua missão, ou seja, por razões financeiras ter que deixar de privilegiar os mais carenciados”.

Lembrando que “é preciso valorizar os trabalhadores das instituições”, o líder da CNIS apontou que “o grande desafio atual é a sustentabilidade das instituições, pelo que são precisas políticas sustentáveis e uma participação justa”.

Antes de finalizar, o padre Lino Maia deixou ainda outra acusação: “Parece que o respeito pelas instituições em alguns serviços do Estado



escasseia, sucedendo-se as fiscalizações que não respeitam as instituições nem os seus dirigentes”.

Sobre esta matéria, Cláudia Joaquim reafirmou que “deve haver acompanhamento de parceria e isto acontece quando há uma relação próxima entre os técnicos da Segurança Social e as instituições”, acrescentando a necessidade de haver “confiança”: “A preocupação com as instituições é a preocupação com os utentes”.

Curioso é o facto de as críticas das instituições versarem, muitas vezes, a indiferença das fiscalizações perante o bem-estar dos utentes, “sempre mais preocupadas com o centímetro”, como afirmou um dos provedores no tempo de interpelação ao painel.

Na sua intervenção, na qual traçou um quadro quase idílico da cooperação, a governante sublinhou que “a cooperação terá que ser sempre um potente instrumento da solidariedade nacional”.

Defendendo que “o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, passados 20 anos, não está desatualizado”, Cláudia Joaquim lembrou que “a participação tem um grande peso no Orçamento do Estado”, reafirmando o que o ministro Vieira da Silva havia dito na sessão de abertura do XIII Congresso das Misericórdias: “Este ano vamos ter 1,5 milhões de euros para a cooperação o que releva a importância dada ao Sector Social”.

Revelando que, “muito em breve, haverá um PARES de segunda geração, para alargamento da rede e adaptação de equipamentos”, a secretária de Estado afirmou: “Reequilibrada a rede em termos de acordos de cooperação, então poderá haver reforço da comparticipação, olhando à territorialidade, porque é preciso tratar diferente o que é diferente”.

Cláudia Joaquim voltou a elogiar o PROCOOP, repetindo a ideia de que o programa vai permitir abranger mais 10.000 pessoas, sendo que haverá um reforço financeiro de 60 milhões de euros (2017, 2018 e 2019).

Contudo, a realidade diz que ainda há muitas situações pendentes das manifestações de interesse relativas a 2018 e que, a CNIS saiba, ainda não estão desbloqueadas as do ano de 2018.

A governante elogiou os sucessivos Compromissos de Cooperação para o Sector Social Solidário e adendas, dizendo ainda que “muito em breve” será plasmado o protocolo para o biénio 2019-2020.

Certo é que as negociações para este novo Compromisso de Cooperação deviam estar terminadas a 31 de dezembro último, segundo desejo tornado público pelo ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, mas na verdade as negociações entre o Governo e o Sector Social Solidário estão paradas.

COHOUSING, UM CONCEITO QUE CHEGA AGORA A PORTUGAL

Habitação colaborativa na promoção do envelhecimento ativo e saudável

É um conceito que surgiu na Dinamarca há cerca de 50 anos e só agora dá os primeiros passos em Portugal. Trata-se do cohousing que mais não é do que habitação colaborativa em Português. Apesar disso, há já algumas experiências entre nós, promovidas por IPSS, que tocam o conceito e que se afiguram como respostas interessantes e válidas para promover o envelhecimento ativo. Retardar a institucionalização de pessoas idosas mais ainda ativas, autónomas e capazes de muito é o objetivo e a habitação colaborativa, em moldes solidários ou apoiados por autarquias, são uma solução. É também para apoiar projetos destes que nasceu a Hac.Ora, cuja missão é dinamizar projetos de cohousing em Portugal.

Se o conceito do cohousing como é entendido no norte da Europa e que ao longo de meio século tem ganhado espaço noutras latitudes do Velho Continente, só agora chega ao nosso país, há muito que determinadas realidades urbanísticas portuguesas encontram alguns pontos de contato com o conceito há muito disseminado no norte da Europa. São os casos das ilhas do Porto, dos pátios de Lisboa, das comunidades hippies ou das aldeias em que diversos equipamentos (forno, lagar e outros) eram comunitários.

Porém, o conceito de habitação colaborativa, que é muito mais do que simplesmente partilhada, vai mais além, pois define-se como uma comunidade intencional e autogerida, na qual espaços e

instalações comuns complementam as habitações privadas.

Tipicamente, a gestão e a manutenção de um cohousing são feitas pelos residentes. São criados grupos de trabalho para lidar com as diferentes tarefas, desde a gestão financeira à preparação de refeições comuns. A ideologia da habitação colaborativa pode estender-se à vizinhança. O reforço do sentido de comunidade não se resume aos limites físicos do cohousing. Muitos grupos que vivem em cohousing organizam atividades ou eventos de toda a ordem comuns com os vizinhos, gerem hortas comunitárias ou alugam os seus espaços comuns a grupos externos.

Nos tempos que correm, vários são os motivos que potenciam o desenvolvimento de projetos deste tipo, não apenas de cariz ideológico, mas também prático (pois reduz a carga do trabalho doméstico, como cozinhar e limpar), económico (encontra formas

acessíveis de se viver na cidade) e social (aumenta a inclusão social, assim como promove o envelhecimento ativo e o combate à solidão).

É precisamente neste último ponto, o social, que a primeira associação portuguesa de promoção do cohousing assenta os seus princípios.

“A Hac.Ora é uma associação que visa



divulgar este conceito da habitação colaborativa, o cohousing, e está focada nas camadas seniores, apesar de todos nós defendemos muito a intergeracionalidade. É claro que os projetos mais ricos surgirão se conseguirmos garantir essa intergeracionalidade”, começa por dizer, ao SOLIDARIEDADE, Nuno Cardoso, presidente da Hac.Ora, acrescentando que é assim porque “o problema que a sociedade tem no presente é essa camada de seniores que são ativos e, felizmente, duram mais tempo em boas condições de atividade”.

O problema é que, “neste momento, não há qualquer proteção para essa gente”.

Os números dizem que, atualmente, Portugal é o terceiro país mais envelhecido da Europa, com uma medida de idade de 44,1 anos, e que 20,6% da população tem mais de 65 anos.

“Em Portugal temos infraestruturas para seniores que, há medida que os anos passam, se

transformaram mais em unidades de cuidados continuados, porque os seniores iniciais foram envelhecendo e ficando mais dependentes. As respostas que temos são mais para a fase terminal da vida, em que as pessoas estão mais incapazes motora e psiquicamente, e não há uma resposta para o antes desse estado de dependência”, sustenta Nuno Cardoso, sublinhando: “A resposta é para as pessoas ficarem em casa enquanto puderem, por vezes com um apoio domiciliário, mas é uma solidão muito grande”.

Para Nuno Cardoso, “o foco da Hac.Ora são mesmo os seniores, porque essa camada da população a cada dia que passa tem mais dificuldades e mais incapacidade para resolver o seu problema de habitação”, pelo que defende que “a sociedade deve mobilizar-se para ajudar a que eles se organizem e para que surjam as respostas”.

Na I Conferência Internacional «Cohousing



em Portugal/Viver sustentável» [ver caixa], que decorreu no Porto, a arquiteta sueca Krestin Kärnekull revelou que estudos realizados no seu país de origem demonstram que “as pessoas que vivem em cohousing têm uma esperança de vida de mais 10 anos”.

Para além das realidades já faladas que têm alguns pontos de contato com os princípios do cohousing, há já experiências institucionais em Portugal que também tocam aqueles princípios.

São os casos de algumas IPSS e também de autarquias.

“As respostas mais institucionais, como das IPSS, são igualmente muito importantes, porque permitem às pessoas fazerem a sua vida de forma autónoma o que lhes dá uma sensação de liberdade muito importante”, afirma o presidente da Hac.Ora, revelando um caso da autarquia de Oeiras: “Há 10 anos, o edil Isaltino Morais construiu um bloco com 60 T1, todos para seniores ativos, e cedeu o rés-do-chão a uma IPSS que tem um centro de dia. E à medida que as pessoas vão envelhecendo vão usufruindo dos serviços da instituição, para além de que têm o apoio desta em muitas das tarefas domésticas. Não é cohousing porque não há autogestão e, se calhar, nem se está a promover tanto o convívio como seria desejável e que também é essencial no cohousing, mas já é algo a pensar naquela população específica”.

Já com idade a mais para não estarem sozinhos e isolados e idade de menos para serem institucionalizados numa ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos), muitos dos seniores permanecem em suas casas, muitas vezes sós e sem retaguarda, contando apenas com o apoio domiciliário das instituições sociais.

Na rede solidária que cobre o território nacional, há pelo menos dois exemplos felizes do que poderemos chamar de residências assistidas, uma espécie de cohousing institucional. Porém, também aqui não encontramos um dos

pilares do cohousing que é a autogestão, mas as experiências têm-se revelado muito positivas para o acolhimento e apoio a idosos ainda autónomos e ativos.

É o caso do Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Acha, concelho de Idanha-a-Nova, que, em 2012, construiu quatro pequenas residências paredes meias com a instituição, onde moram cinco idosos ainda autónomos e ativos, que assim têm o apoio dos serviços da IPSS (Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário) e não estão sós ou isolados.

Dando especial atenção ao envelhecimento ativo, a pequena instituição de S. Miguel de Acha desejava ter capacidade financeira para poder ampliar esta resposta social, que não é comparticipada pela Segurança Social

“Para já chega para as necessidades, mas temos vários pedidos para as residências. Se tivéssemos oito, provavelmente, estariam cheias com pessoas daqui de S. Miguel de Acha”, dizia em 2017, ao SOLIDARIEDADE, Alberto Gonçalves, vice-presidente da instituição, explicando as razões dos pedidos: “Há muitas pessoas que têm perdido alguma autonomia, principalmente porque as suas habitações começam a colocar-lhes obstáculos, como as escadas ou, por vezes, três simples degraus”.

Mais a norte, no concelho de Águeda, Os Pioneiros – Associação de Pais de Mourisca do Vouga também apostou nesta solução, dando resposta atualmente a 17 idosos.

“Eles moram ali nas suas casinhas, mas têm todo o apoio da instituição, que é onde, por exemplo, vão comer, apesar de cada casinha ter cozinha”, conta José Carlos Arede, presidente da instituição.

As «Casinhas do Pinhal», nome que vão buscar à envolvente paisagística, são um conjunto de oito habitações construídas em terreno contíguo ao edifício-sede da instituição, onde, para além de tomarem as refeições, os ocupantes das



casinhas têm acesso a todos os demais serviços da instituição, sejam médicos, lavandaria ou outros.

António Pinto (mais conhecido por Pauleta) tem 79 anos e, depois de 41 anos emigrado na África do Sul, regressou a Portugal com a família. Após um processo de divórcio aos 73 anos, optou por ocupar uma das casinhas, onde mora desde então. Serralheiro de profissão, Pauleta ajuda na manutenção da instituição e, de bicicleta ou de carro, todos os dias vai ter com os amigos para jogar às cartas, beber uns copos e conviver.

“Estar aqui é fantástico, estou bem acomodado e até temos facilidade de fazer uns

I Conferência Internacional aconteceu no Porto

No passado dia 22 de fevereiro, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, a Hac.Ora promoveu a I Conferência Internacional «Cohousing em Portugal/Viver sustentável».

A associação que surgiu há nove meses e tem por missão divulgar e promover o cohousing em Portugal, de olhos postos na faixa etária idosa e ativa, começou por estabelecer contatos com diversas entidades, entre as quais a Assembleia da República no sentido de sensibilizar os deputados para que a Lei de Bases da Habitação, que está em discussão, consagre este novo modo de habitar.

Na FEUP deu-se o pontapé de saída público, com um dia de trabalho em torno do cohousing.

A vertente mais institucional, a caracterização demográfica de Portugal (terceiro país mais envelhecido da Europa), o design inclusivo, entre outros temas, ocupou a manhã dos presentes, enquanto a parte da tarde ficou reservada,

especialmente, para a partilha de experiências de outros países. Os casos da Suécia, Hungria, Espanha e Holanda demonstraram a eficácia do modelo, o que deixou ainda mais interessados alguns dos presentes na plateia.

Como ideia geral, no cohousing o ambiente comunitário pode ser de vários níveis, dependendo do que o próprio grupo pretende. Não há modelos formatados e ninguém pode impor nada, o grupo é que define o que quer.

A Hac.Ora (Portugal/Senior Cohousing Association) é uma associação aberta a novos sócios e a adesão é gratuita. Na plataforma online da associação há já um espaço para formação de grupos, “porque já há muita gente com vontade de pôr em prática este modelo”, revela o presidente Nuno Cardoso, concluindo: “A associação quer ir atrás, agora as pessoas vão ter que se juntar e a associação irá apoiar sempre que puder”.



convívios com os amigos”, diz, lembrando que “desde 2001 que sou voluntário na instituição”.

O senhor Pinto começou por frequentar o Centro de Dia d’Os Pioneiros, transitando, quando houve vaga, para a casinha.

“Esta foi uma solução muito boa, porque tenho aqui muitos amigos e muita gente conhecida. Estou aqui muito bem e não quero ir para o lar. Já avisei as doutoras que quero morrer aqui na casa”, afirma, confirmando com o olhar com a diretora-técnica da instituição.

Também aqui a Segurança Social não participa, apesar de cada vez mais se apelar a que se retarde a institucionalização dos idosos.

“Os lares são cada vez mais unidades de cuidados continuados e pessoas ativas e autónomas não querem estar num ambiente em que à sua volta só veem pessoas acamadas ou muito dependentes, por isso esta resposta é uma boa solução, pena que a Segurança Social não apoie, nem olhe para estas respostas como um caminho de futuro”, sustenta José Carlos Arede, que mesmo assim tem o objetivo de criar mais algumas casas.

“O cohousing envolve alguns aspetos e algumas respostas que são, de facto, importantes. Ajuda as pessoas a manterem e a criarem novas relações e isso, de algum modo, combate o isolamento e o abandono, o que é importante. Por outro lado, implica a criação de serviços comuns e aí as instituições de solidariedade são também importantes”, defende o presidente da CNIS, acrescentando: “Depois, o criar novas relações, o pôr as pessoas a partilharem serviços e equipamentos cria desafios na vida, o que também é muito importante, sobretudo quando se chega à idade da retirada, como dizem os franceses, encontrar desafios para viver é, de facto, importante”.

Por isso, o padre Lino Maia vê “com muito apreço esta situação e já há algumas experiências muito interessantes”, referindo o caso d’Os Pioneiros, “que criou, num espaço interessante, várias residências, em que os idosos vão para lá, partilham os demais equipamentos da instituição, convivem e tornam menos onerosa e mais desafiante a vida”.

O líder da CNIS defende mesmo que esta pode uma resposta das IPSS para adiar a institucionalização e promover o envelhecimento ativo.

“Considero que esta podia ser incluída como uma resposta típica da Segurança Social. É perfeitamente possível que haja instituições, o caso d’Os Pioneiros é o que conheço melhor, em que elas próprias, tal como neste caso, avancem para algo do género, porque as instituições podem sempre prestar um apoio adicional com os demais serviços que prestam. Então, depois, quando já ficarem menos autónomas poderão, eventualmente, transitar para outra resposta social”, argumenta, sublinhando: “Isto é um caminho a percorrer, porque com o aumento da esperança de vida e com as famílias, diria, cada vez mais pequenas, as pessoas tendem a ficar durante mais tempo sós e mais abandonadas, mas ainda com condições para viver e conviver. Irem para residências deste tipo em que partilham a vida umas com as outras, com espaços em comum, ajuda as pessoas a viver, cria desafios e motiva para a vida”.

Também António Tavares, provedor da Santa casa da Misericórdia do Porto, defende que o



cohousing “é uma das soluções para ajudar na questão do envelhecimento”.

Falando na conferência organizada pela Hac. Ora, António Tavares lembrou “não se pode deixar ao mercado a resolução do problema das pessoas idosas”, porque “o envelhecimento necessita de novas respostas, até porque não há capacidade para institucionalizar toda a gente”.

No seguimento dos diversos contatos, com a Assembleia da República, as autarquias e algumas misericórdias, na divulgação e promoção do cohousing, a Hac.Ora prepoara-se para assinar o primeiro protocolo com uma instituição para colocar no terreno o primeiro empreendimento de habitação colaborativa.

Considerando que a forma mais rápida de testar o conceito em Portugal “será mesmo através de instituições como as câmaras municipais e as IPSS”, Nuno Cardoso revela o que se desenha no futuro próximo em parceria com a Misericórdia do Porto.

“Neste momento, a Hac.Ora já está a trabalhar num projeto com a Santa Casa da Misericórdia do Porto, em que já temos um imóvel. A associação deseja controlar a vertente técnica do projeto, a nível da arquitetura, sempre em conversa com a dona da obra, mas também quer estar na seleção das pessoas. O que iremos fazer é um anúncio para divulgar o projeto, explicando o tipo de habitações que se trata e sublinhando que é para ser habitado em cohousing, em colaboração. As pessoas inscrevem-se e uma equipa composta por técnicos selecionará as pessoas. É preciso conhecer o perfil de cada pessoa e a capacidade que tem de viver em grupo, caso contrário pode haver um elemento perturbador e tóxico que dá cabo do grupo e do ambiente”.

Refira-se ainda que também as autarquias das duas maiores cidades do país estão a tentar implementar projetos na órbita do cohousing.

No caso de Lisboa, aquando da remodelação do Bairro Padre Cruz foram construídas residências assistidas para idosos autónomos que se inserem num edifício intergeracional, onde

há uma creche, e em que os espaços comuns são geridos pelos habitantes.

No Porto, a situação é semelhante. No âmbito da requalificação do Bairro do Cerco, a Domus Social, empresa municipal responsável pela habitação, tem o projeto de instalar também um conjunto de residências assistidas, centrando-se para já a dúvida sobre a tipologia das habitações.

Também na conferência promovida pela Hac.Ora, Guilherme Vilaverde, da Fenache (Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica), lembrou que “as cooperativas construíram cerca de 200 mil casas, sempre feitas com as pessoas, e criaram também equipamentos sociais”, defendendo que esta forma de estar também “é habitação colaborativa”.

Aliás, a figura de cooperativa é uma das boas formas de avançar para um projeto de cohousing, mas como diz Nuno Cardoso “o importante é as pessoas organizarem-se em grupos, por afinidades, autopromoverem e autogerirem o empreendimento”.

Para Nuno Cardoso, “este modelo tem um potencial enorme de criar grupos como uma qualidade de vida e de bem-estar muito bons”, destacando que “o que se pretende é criar ambientes de felicidade”.

Para isso, “precisamos de viver em conjunto, de nos darmos com amigos e de criar felicidade, que nasce da vivência que temos com as outras pessoas”.

Para o presidente da CNIS, fundamental neste conceito é o estímulo que pode dar às pessoas.

“Há uma expressão antiga que diz ‘viver é conviver’, na medida em que as pessoas têm oportunidade de se relacionar, de conviver e têm desafios para viver, porque quando se vive isolado e no seu canto acaba-se por não ter desafios para viver. Penso que esta é a grande filosofia do cohousing”, concluiu o padre Lino Maia.



CÁRITAS COIMBRA

Aprovada a candidatura ao programa Escolhas

Em 2018 a percentagem de homens ou mulheres, entre os 18 e os 24 anos, que deixou de estudar sem completar o secundário em Portugal foi de 11.8, estando quase a cumprir a meta que fixou, no quadro do “Objetivo Europa 2020”, de ter uma taxa de abandono escolar não superior a 10%.

Com o grande objetivo de produzir mudanças sociais substanciais, a Cáritas de Coimbra apresentou a sua 2ª candidatura ao programa Escolhas – Sem Diferenças E7G. Esta foi recentemente aprovada e as intervenções sociais daí resultantes, vão ser implementadas nas freguesias da Marinha das Ondas e S. Pedro – Gala, no concelho da Figueira da Foz.

A habitação social tem uma expressão acentuada nestas Freguesias. Na Marinha das Ondas, o Bairro Social da Leirosa tem 79 agregados familiares, 16 % dos quais de etnia cigana; no Bairro da Lusíaves residem cerca de 240 migrantes oriundos do Nepal, Bangladesh e Índia, com um total de 35 crianças integradas em contexto escolar entre o 1º e o 3º ciclo. No Bairro Social da Gala acolhem-se 86 agregados familiares, sendo que 29 % são de etnia cigana, e 4 % migrantes (Brasil, Angola e países do leste europeu). A Marinha das Ondas, com

uma população residente total de 3179 pessoas, tem indicadores escolares preocupantes: 62% da população residente apenas tem um nível de escolaridade até ao 6º ano, incluindo neste número aqueles que não dispõem de qualquer formação a nível escolar. Dos 38% da restante população residente, apenas 7% chegou ao ensino superior, ficando a frequência no 3º ciclo e secundário com igual divisão, num total de 15%. S. Pedro tem uma população residente total de 2695 pessoas, com indicadores escolares preocupantes: 53% da população residente apenas tem um nível de escolaridade até ao 6º ano, incluindo neste número aqueles que não dispõem de qualquer formação a nível escolar. Dos 47% da restante população residente, apenas 6% chegou ao ensino superior, ficando a frequência no 3º ciclo e secundário com igual divisão, num total de 12%. Comparativamente com o Concelho da Figueira, a Marinha das Ondas e a Gala detêm níveis de escolaridade bastante inferiores, uma vez que na Figueira apenas 50% da população tem um nível de escolaridade até ao 6º ano. Sendo os níveis de escolaridade tão reduzidos, as possibilidades de sucesso são também diminutas para estas crianças, gerando como consequência



consideráveis taxas de insucesso e abandono escolar mais elevadas.

Os eixos de intervenção da candidatura realizada recaem na Educação, no Emprego e na Cidadania e Multiculturalidade. Com diversas ações propostas no decorrer deste projeto, pretende-se promover uma mudança educativa e social a médio prazo.

Consolidando o trabalho desenvolvido pelas escolas, as atividades de promoção de aquisição de competências e habilidades pessoais, sociais e relacionais pretendem motivar para a continuação da frequência escolar e contribuir, conseqüentemente, para a redução do abandono escolar. A inclusão social deve ser um fator de promoção da sociabilidade dos diferentes grupos, num ambiente de respeito, tolerância e promoção das diferenças culturais e religiosas.



OTIMIZE OS PROCESSOS administrativos e MELHORE A GESTÃO estratégica da sua instituição.

+ de **3000** clientes

Gestão e organização integrada de todas as áreas das entidades do setor social com software Líder de Mercado.

Garantia de apoio ao cumprimento das obrigações legais e fiscais.

Controlo mais eficaz e transparente de todos os processos.

Maior rentabilização dos recursos.

Recolha de informação de apoio à tomada de decisão.

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

UTENTES	SÓCIOS	SALÁRIOS	TESOURARIA	CONTABILIDADE	STOCKS	
PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	CLÍNICA	BLOCO OPERATÓRIO	INTERNAMENTO	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS
REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS	APOIO DOMICILIÁRIO	RECURSOS HUMANOS	IMOBILIZADO	MAILING	ESCALAS DE SERVIÇO	VIATURAS



100% WEB

NOVA PLATAFORMA WEB para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.



O Regulamento Geral de Proteção de Dados

António Filipe Cruz

Manager

F3M Information Systems, S.A



O dia 25 de maio de 2018, marcou o início de uma nova era com a entrada em vigor do Regulamento Europeu (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD).

Durante estes últimos meses, muito se tem dito e escrito sobre esta matéria. Empresas e entidades do setor social têm trabalhado no sentido de adequarem os seus comportamentos à luz deste Regulamento.

Apesar de estar atrasada a publicação da legislação nacional sobre esta matéria (a Comissão Europeia fez um “ultimato” a Portugal para a publicação da mesma até ao dia 24 de Março de 2019), as organizações devem estar cientes de que terão de trabalhar no sentido de evidenciarem as medidas que estão a tomar para salvaguarda de dados pessoais que tratam, como sejam, o nome e apelido, a data de nascimento, a morada, um número do cartão de identificação, o endereço de correio eletrónico (nomeapelido@empresa.pt), um endereço IP, cookies, dados de saúde, dados biométricos, dados genéticos, dados que caracterizem as opções políticas, religiosas e sexuais, entre outros.

Aliás, esta constitui uma das mudanças de paradigma introduzida pelo Regulamento: as organizações não têm de solicitar à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) autorização para tratamento de dados pessoais, mas têm de evidenciar que recolhem e tratam esses dados segundo o disposto no Regulamento. Aqui inclui-se, por exemplo, a recolha e tratamento de imagens através das câmaras de videovigilância, os sistemas de controlo de assiduidade através de dispositivos biométricos, entre outros.

O facto de a legislação nacional não estar ainda publicada, não deve induzir a ideia de que o Regulamento não está em vigor e que há tempo para se tomar medidas.

Nada mais errado!

O Regulamento está em vigor e a conformidade / compliance parcial não existe: ou se tomaram as devidas medidas e se salvaguarda a segurança dos dados pessoais ou não se está em conformidade e, por essa via, está-se em situação de incumprimento face ao RGPD. E, neste caso, está-se sujeito às pesadas coimas previstas que poderão ir de 2% do volume de negócios a 20 milhões de euros, nos termos estabelecidos nos artigos 83º e seguintes do Regulamento.

Na Europa, foram apresentadas cerca de uma centena de milhar de queixas que originaram algumas coimas.

Uma das “vítimas” mais sonantes é a Google, multada em 50 milhões de euros pela CNIL, a autoridade de controlo francesa. Neste caso,

estará em causa a discrepância entre a informação transmitida aos clientes e o tratamento que efetivamente é efetuado pela Google. Informação não transparente e insuficiente, bem como ausência de consentimento válido para o envio de publicidade personalizada, serão alguns dos motivos da aplicação desta coima. Já em meados de 2018, um Centro Ótico francês tinha sido multado em 250.000,00€ por falhas na proteção dos dados pessoais dos seus clientes no seu sítio na internet.

Também na Holanda, a Microsoft está a ser investigada por violação do RGPD.

Em Portugal, a CNPD está a atuar, tendo já recebido mais de uma centena e meia de queixas e notificado muitas organizações, pesando sobre elas a possibilidade do pagamento de coimas.

O Centro Hospitalar do Barreiro-Montijo foi sancionado com uma coima de €400.000,00 por violação do RGPD. O processo que levou à aplicação da coima não terá partido de uma denúncia, mas de uma notícia que a CNPD investigou. Este facto revela a sua proatividade; a autoridade de controlo não está apenas reativa a denúncias, como se poderia pensar, mas está a agir por iniciativa própria. Segundo as diversas notícias publicadas a propósito deste caso, o Centro hospitalar do Barreiro-Montijo, terá violado 3 regras do RGPD: um elevado número de utilizadores com acesso indiscriminado a dados pessoais; ausência de medidas que salvaguardem a integridade e confidencialidade dos dados pessoais; ausência de medidas técnicas suficientes para garantir a não violação de dados pessoais.

Também há entidades do setor social notificadas pela CNPD, por violação de normas do RGPD. Por exemplo, a falta de afixação de informação sobre a utilização do circuito de vídeo vigilância constituiu motivo para a notificação de uma IPSS, com a fixação de uma coima de 4% do volume de negócios da Instituição.

Este último exemplo responde à questão muitas vezes levantada: as IPSS terão um regime de exceção? Não. Não têm. Terão de observar e implementar todas as disposições previstas no Regulamento, como qualquer outra organização. O setor de atividade onde atuam e a tipologia de população que assistem, constituem, de per si, um fator adicional de criticidade no que ao RGPD respeita.

Para uma organização se encontrar em conformidade com o RGPD, necessita, no mínimo, de realizar uma introspeção aos seus próprios processos, documentos e tecnologia, pois, só assim saberá em que fase da conformidade se encontra. Quantas organizações já olharam para os contratos que possuem com os seus subcontratados e procuraram as devidas referências à proteção dos dados pessoais? Quantas organizações dispõem de uma política de privacidade, que não

aquelas comuns relativas aos cookies dos websites? Quantas organizações ponderaram alguma vez sobre o que aconteceria com os seus clientes se houvesse uma violação de dados pessoais? Quais os danos que daí poderiam resultar? Quantas organizações têm documentos nos seus arquivos de titulares com quem já não se relacionam, ou até, nunca se relacionaram? Todas estas situações, mas não só, devem ser analisadas internamente por cada organização, e alteradas em conformidade, por forma a não correrem riscos desnecessários.

Assim sendo, para que se possa estar em conformidade com o RGPD, há alguns passos basilares que é importante observar:

- Definir uma estratégia de implementação
 - o Saber quem somos e o que pretendemos fazer em matéria de RGPD
- Envolver toda a organização
 - o A direção / órgão de gestão e todos os departamentos / áreas / respostas deverão participar no trabalho a realizar
- Designar um responsável pelo processo de implementação do RGPD
 - o Poderá aqui ser nomeado o Encarregado de Proteção de Dados, por imposição legal ou por decisão da organização
- Mapear Dados Pessoais
 - o Este processo inclui, entre outros, identificar dados pessoais, fluxos de informação, fundamentos e finalidades do tratamento, pessoas envolvidas nas operações / fases de tratamento, medidas de segurança de informação, fluxos de dados transfronteiriços.
- Registar as operações
 - o Criar ou atualizar um conjunto de processos / procedimentos que permitam verificar a correta implementação do RGPD.
- Sensibilização de toda a organização
 - o Um dos graves problemas de qualquer implementação do RGPD é o desfasamento entre as medidas adotadas e a prática quotidiana. Para minimizar este risco, a formação a todos os trabalhadores da organização é fundamental.

No final, é importante ressaltar esta nota: o RGPD é integralmente aplicável às IPSS. Não existir uma lei nacional publicada não constitui um impedimento à aplicação do RGPD. É importante que entendam o RGPD não como uma ameaça, mas como uma oportunidade de olhar a organização e a colocar mais eficiente sob ponto de vista do seu processo de gestão.

AUDIÇÃO PARLAMENTAR SOBRE O ESTUDO «IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL»

CNIS apela à revisão do regime fiscal e da TSU para melhorar a sustentabilidade

O presidente da CNIS esteve na Assembleia da República numa audição na Comissão de Trabalho e Segurança Social a propósito do estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal». Na apresentação do mesmo e em resposta às diversas perguntas dos deputados, o padre Lino Maia apelou à revisão do regime fiscal e da TSU para as IPSS no sentido de garantir a sustentabilidade das instituições, que sofre de graves constrangimentos no presente.

Na sequência de requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, a Comissão de Trabalho e Segurança Social, da Assembleia da República, recebeu o presidente da CNIS para uma audição acerca do estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal».

Aproveitando o interesse dos deputados pelo estudo apresentado em dezembro último e coordenado por Américo Mendes, que também esteve presente, o padre Lino Maia, já no final da sessão, instou os partidos a não esquecerem as questões do Sector Social Solidário nas suas propostas num ano em que o país vai a eleições.

“Inscrevam estas matérias como uma questão de Estado nos projetos eleitorais”, sugeriu o líder da CNIS, afirmando que “as IPSS são as galinhas dos ovos de ouro em termos de proteção social, se não como é que estaria o país!”.

Uma das conclusões mais evidentes do estudo é a dos inúmeros problemas que as IPSS enfrentam e que colocam em risco a sua sustentabilidade económico-financeira.

Aliás, logo na intervenção inicial, o deputado Adão Silva (PSD) colocou o foco da sua abordagem, precisamente, nesses problemas, como “a escassez de recursos”, o facto de “a Segurança Social assumir pequena parte dos custos” e a “incerteza na gestão”, e ainda em algumas denúncias feitas pela CNIS, como “a suspeição dos serviços da Segurança Social em relação às instituições”, a sua “atuação hostil” e a “falta de autonomia” reclamada pelas instituições.

Adão Silva concluiu dizendo que “há alguma tensão entre as instituições e o Estado que não devia acontecer”.

Por seu turno, o padre Lino Maia, depois de apresentar alguns números plasmados no estudo – e que demonstram comprovadamente a situação difícil em que as IPSS se encontram e que permitem perceber como e por quem estão a ser empurradas para essa situação –, apontou as questões da sustentabilidade e da fiscalização como os principais obstáculos que as instituições enfrentam no presente.

“A receita é rígida, porque não há outras fontes de receita, e a despesa é fixa”, disse o responsável da CNIS, lembrando que “58% das despesas das IPSS são com os recursos humanos”, sublinhando ainda que, apesar de ser favorável à subida, “o aumento do salário mínimo nacional



traz constrangimentos às instituições”, que não são compensadas em sede de cooperação.

A este propósito, o padre Lino Maia considerou que “a solidariedade não deve ser feita à custa de injustiças e cada vez mais é difícil recrutar pessoal”, revelando que “há zonas do país em que até trabalhadores de salário mínimo é difícil de encontrar, porque outros pagam mais”.

Para se combater os constrangimentos à sustentabilidade das IPSS, o presidente da CNIS disse aos deputados que “é necessário rever o regime fiscal e os encargos sociais com os trabalhadores”.

Sendo o Sector Social Solidário empregador de mais de 200 mil trabalhadores, totalmente cobertos pela contratação coletiva, “a TSU é um grande problema”, afirmou, sugerindo que, na necessidade da sua existência, pelo menos, “uma bonificação era importante”.

Sobre esta matéria, o padre Lino Maia disse ainda que, “dado os elevados encargos com os trabalhadores (58% dos custos), se houver uma redução na TSU estamos a contribuir para a resolução de alguns problemas”.

E se dúvidas houvesse quanto ao facto de “o Estado não ser o maior financiador do Sector”, quando “mais de metade dos 1,5 milhões de euros já anunciados para o sector para 2019 regressa ao Estado” em taxas e impostos está tudo dito.

Já quanto ao regime fiscal, a posição da CNIS é clara, antiga e há muito reclamada.

“A CNIS queria que o regime fiscal fosse equiparado ao das autarquias, até porque as instituições não constituem um concorrente”, defendeu, sublinhando que também esta medida “ajudaria a resolver alguns constrangimentos”.

Colocando a tónica nos graves constrangimentos que as IPSS estão a viver, o líder da CNIS questionou: “Deve ser o Estado a ter ação direta ou deve delegar nas IPSS?”.

Para o padre Lino Maia a resposta é clara: “As IPSS são o único instrumento do Estado na ação direta e na proteção social. O Estado tem que regular e ter instrumentos, mas não tem que fazer tudo. O que pedimos nem é mais Estado, nem menos Estado, mas que seja melhor Estado. O Estado tem nas IPSS um instrumento com que



poupa muito dinheiro e faz muito melhor”.

Quanto à questão da fiscalização “hostil”, como lhe chamou o deputado do PSD e referida pelos outros partidos, o presidente da CNIS, uma vez mais, foi direto na resposta e exemplificou: “A fiscalização é exorbitante, não tendo em conta a qualidade do serviço, nem a satisfação dos utentes. Há pouco tempo, numa fiscalização, uma IPSS foi multada em 2.500 euros, porque devia ter uma cozinheira e uma ajudante de cozinheira e tinha duas cozinheiras! Isto desmobiliza os dirigentes e torna difícil encontrar novos elementos para as IPSS”.

Em resposta a José Soeiro, do Bloco de Esquerda, que defendeu que “uma melhor relação com o Estado passa por uma quota-parte no financiamento e por fiscalizar a qualidade das respostas pelo acompanhamento”, o padre Lino Maia afirmou que “o Estado deve acompanhar, mas o acompanhamento que faz é mais fiscalizador, numa espécie de caça à coima”.

Por isso, a CNIS defende que se devia “caminhar para a criação de uma autoridade independente de acompanhamento”.

Nas diversas intervenções dos deputados, foi geral o elogio às IPSS, ao trabalho que desenvolvem e ao emprego que criam, por isso as várias questões que colocaram incidiram essencialmente nas matérias da sustentabilidade e da fiscalização e que medidas devem ser adotadas para ultrapassar esses constrangimentos.

Adão Silva, do PSD, lembrou o papel da Assembleia da República e que, “sem este Sector [Social Solidário], o Estado Social estaria manco”, sublinhando ainda que está-se “perante a precariedade na sustentabilidade das instituições”.

Por seu turno, Carla Tavares, do PS, lembrou os presentes que “o Partido Socialista já quis baixar a TSU, mas o PSD inviabilizou”, o que foi contestado pelos deputados social democratas, no momento de picardia partidária da sessão.

Pelo CDS PP, Anacoreta Correia mostrou-se “preocupado com o endividamento das IPSS”, enfatizou que esta “não é uma realidade

privada, mas solidária” e defendeu que “é preciso saber se o financiamento do Estado é eficaz e promove a ação pública”.

Por seu turno, José Soeiro (BE) elogiou o estudo que motivou a audição parlamentar da CNIS, porque permite fazer um “debate mais informado”.

De seguida, evocando que “as recomendações do estudo prendem-se com questões financeiras”, apontou que as únicas fontes de receita são o Estado e os utentes e concluiu que “a mobilização da sociedade no financiamento é minoritária”, questionando: “Como, então, mobilizar mais a sociedade?”.

“Os utentes são sociedade civil”, responderia Anacoreta Correia mais à frente, numa questão que ficou por ali, pois, à exceção dos apoios do Estado e autarquias, que não chega aos 40%, tudo o resto é a sociedade civil que comparticipa.

Por fim, o deputado do Bloco questionou o presidente da CNIS sobre a situação das amas que trabalham a falsos recibos verdes, acusando “as IPSS que não cumprem as leis laborais”.

Em resposta, o padre Lino Maia lembrou que “as amas não são trabalhadoras das IPSS” e deixou um desafio aos deputados: “Há que estudar a questão das amas e também a dos cuidadores informais”.

Já no fecho da audição, Américo Mendes, coordenador do estudo em debate, sublinhou algumas ideias, como a de que “as IPSS não estão piores do que o resto da economia”, ressaltando que “o grave são as 18,76% de IPSS com EBITDA negativo”.

Lembrando que “cada euro que uma IPSS capta para o seu concelho é multiplicado por 4,218 euros na economia desse território”, Américo Mendes chamou a atenção para uma questão: “A produtividade não poderá, nem deverá crescer como no resto da economia e isso tem que ver com as características do Sector. Isto é um trabalho de pessoas, que não podem ser substituídas por um qualquer robô. Portanto, é preciso olhar também para este fator”.

Por fim, o coordenador do estudo e profundo

conhecedor do Sector Social Solidário instou os deputados a tudo fazerem para fazer regressar aos programas do novo Quadro Comunitário de Apoio uma medida que “foi um dos principais elementos na mudança e melhoria nas IPSS”, o FAS – Formação Ação Solidária.

“Isto desapareceu e era necessário que voltasse aos programas comunitários, pois é um instrumento poderoso na mudança e no dinamismo no seio das instituições”, argumentou.

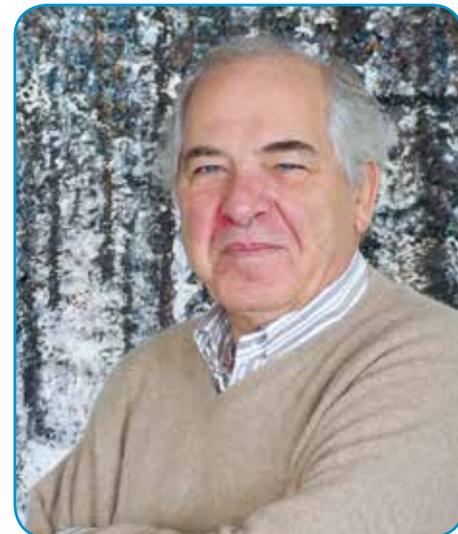
A fechar, o padre Lino Maia sublinhou que “o Estado é corresponsável pela sustentabilidade das instituições”, lembrando que “é preciso olhar com mais atenção determinadas regiões e IPSS para atenuar desigualdades”.

Nota apenas para a ausência de deputados do PCP, devidamente justificada pelo presidente da Comissão, o deputado do PSD Feliciano Barreiras Duarte.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



DUAS REALIDADES DO NOSSO TEMPO:

Progresso Tecnológico e Aumento das Desigualdades

Quem imaginaria que, no início do século XX, o homem chegaria à Lua? Quem imaginaria, há 40 anos, que as telecomunicações revolucionariam a forma como os seres humanos comunicam hoje entre si? Nas últimas duas décadas, o número de pessoas ligadas pela internet passou de meio bilhão para cinco bilhões.

Perante estes sinais de progresso é muito difícil aceitar que a humanidade não consiga debelar tão e tantas gritantes desigualdades que, em vez de serem reduzidas, aumentam todos os dias.

E os sinais são preocupantes. Se velocidade e a escala vão ser as pedras angulares do século XXI, então a chamada economia digital vai estar cada vez mais presente em tudo que mexe, nas empresas, nas instituições, sejam elas públicas ou privadas, e nas nossas casas. Como

consequência, é de prever que, no que respeita ao mercado de emprego, cerca de metade das profissões serão em grande parte computadorizadas, embora com intensidade diferente, dum as áreas para outras.

Esta evolução irá permitir o surgimento de muitas oportunidades, de novos empregos e aumentos significativos de níveis de produtividade em setores intensivos em conhecimento.

Mas esta evolução também vai ter consequências sociais.

Dado que os novos empregos criados pela evolução tecnológica vão exigir níveis de qualificação muito elevados, por isso bem pagos, há que contar com o reverso da medalha e que tem a ver com disrupções sociais decorrentes do aumento das desigualdades.

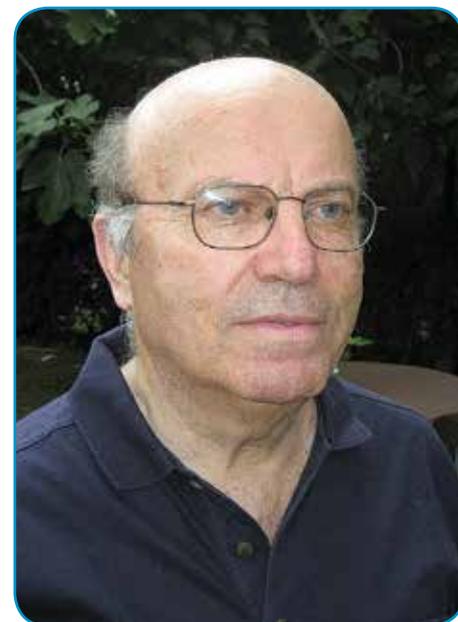
Esta evolução apresenta aspetos muito

preocupantes, porque ao mesmo tempo que vamos assistindo a revoluções tecnológicas de todo o tipo, cada vez mais impressionantes, a tendência é para que aumentem as desigualdades, a exclusão e a pobreza.

Esta contradição civilizacional vai ter consequências. É sabido que as desigualdades têm um impacto negativo na coesão das sociedades, mina a confiança, reduz as oportunidades e a mobilidade social.

Esta evolução vai seguramente acarretar consequências para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que terão de descobrir novas formas e metodologias adequadas para lidar com esta nova e desafiante realidade.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



A Europa e a vaga de anti-semitismo

Nas últimas semanas, a Comunicação Social deu bastante relevo a uma preocupante vaga de anti-semitismo que atingiu vários países europeus. Falamos particularmente, até por via da sua importância cultural e política, de países como a França, o Reino Unido e a Alemanha, mas podíamos citar muitos outros. Trata-se de um fenómeno que assumiu uma dimensão chocante no ano de 2018, mas que tem tendência não só para continuar mas até para se agravar.

Na França, a violência verbal e às vezes mesmo a violência física contra os judeus e os seus símbolos, tornou-se tão frequente que parecia já não mexer muito com a opinião pública do país. Foi preciso ouvirem-se os insultos gritados contra um conhecido filósofo francês de origem judaica, no decorrer de mais um protesto dos chamados coletes amarelos, para que os Meios de Comunicação Social acordassem e fizessem acordar o povo para a dimensão que o anti-semitismo que tinha atingido no país.

A última manifestação pública contra o

anti-semitismo, manifestação em que participaram, quase todos os líderes partidários, para além do presidente da República, diz bem do nível de preocupação, e até de vergonha a que, por via desse comportamento anti-semita, tinha chegado uma grande parte da sociedade francesa. Foi uma reacção de protesto altamente participada contra as manifestações antijudaicas que se vinham multiplicando no país e que tinham alcançado uma grande visibilidade dentro e além fronteiras. Basta lembrar os incêndios, as profanações de cemitérios e a multiplicação de escritos anti-judaicos pintados em muros e paredes de algumas cidades...

A Alemanha não ficou atrás da França no que respeita ao número e ao impacto dessas manifestações anti-semitas, manifestações que já levaram mesmo ao encerramento de algumas sinagogas. É verdade que neste país o problema não resulta da existência de organizações semelhantes à dos coletes amarelos, mas a chegada maciça de migrantes oriundas do Médio Oriente

ou do norte de África, muçulmanos na sua enorme maioria, acrescentou mais um elemento potencialmente explosivo a um sentimento antijudaico já visível. De qualquer modo, a importância que o partido da extrema direita, AdF, adquiriu nos últimos tempos, diz bem de como a Europa está a enfrentar uma ameaça que até há poucos anos era praticamente residual.

Mais de cinquenta anos depois da vitória contra o nazismo, a Europa é chamada agora a lutar contra o anti-semitismo que foi uma das bandeiras do ideário de Hitler. É uma luta que a Europa democrática não pode perder. Mais uma vez.

HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Violência doméstica

1 - Sou pouco entusiasta, e não tenho ilusões, quanto à existência e utilidade de dias comemorativos, seja do que for.

Quando eu era novo, e ainda dotado da plasticidade interior bastante para me conformar ao mundo externo, havia o dia da Mãe, em 8 de Dezembro - e era com um beijo especial à nossa Mãe, acompanhado de uma prenda, que o festejávamos sempre.

Não me lembro de mais nenhum dia comemorativo, nesse período inicial da minha vida - para além dos feriados, naturalmente; mas o Dia da Mãe coincidia então com um feriado...

Era tão forte o significado desse dia que a Vista Alegre, a fábrica de louças mais prestigiada do País, em Ílhavo, todos os anos lançava uma peça alusiva ao Dia da Mãe desse ano.

Depois, o Dia da Mãe deixou de corresponder ao dia da Padroeira de Portugal, passando a ser uma data móvel, em Maio - e nunca mais atinei com o dia.

Nunca me fez falta essa inadaptação: na minha casa paterna (tereí de deixar de lhe chamar assim, por violar a igualdade de género... gramatical), manteve-se sempre a data antiga.

Depois, veio o Dia do Pai, em 19 de Março: de surgimento mais tardio, pelo menos na minha memória, e de menor densidade comemorativa.

E mais nada.

Nas últimas décadas, no entanto, o panorama tem mudado, havendo hoje dias comemorativos para quase tudo, coincidindo em regra a sua celebração por todo o vasto mundo; mas principalmente nos países mais avançados, onde há mais dinheiro - já que boa parte dos dias comemorativos tem apenas significado comercial.

2 - A nova Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva, veio na semana passada acrescentar o avantajado painel de dias comemorativos com a promulgação legislativa de um outro novo dia especial: o Dia de Luto Nacional pelas Vítimas de Violência Doméstica, a celebrar no dia 7 de Março.

Será celebrado na véspera de um outro Dia marcante, o Dia Internacional da Mulher, que se comemora a 8 de Março - e a proximidade das datas não será certamente mera coincidência.

Na verdade, sendo embora generalizada a todas as formas de identidade sexual a condição de vítimas, o certo é que a grande maioria das vítimas de violência doméstica, na sua forma mais grave, são mulheres heterossexuais, sendo os seus companheiros homens os agressores.

A maioria das situações acompanha, como é normal, a forma maioritária de organização familiar.

Em Portugal, e como triste contraponto ao

nosso apregoado desenvolvimento, foram assassinadas, em 2018, em contexto de violência doméstica, 25 mulheres... e este ano - e no que vai de ano - o número já vai em doze mortes.

Também não é certamente alheio ao tempo em que foi anunciada a medida o grande impacto público que têm tido várias decisões judiciais, que têm sido lidas na comunidade nacional no sentido de desvalorizarem a gravidade da algumas ocorrências concretas desse crime, sujeitas a julgamento - desvalorização que não teria tanto expressão nas decisões condenatórias ou absolutórias em si, mas resultante de considerações feitas pelos magistrados seus autores sobre circunstâncias de natureza religiosa ou cultural que "explicariam" ou atenuariam a responsabilidade dos agressores.

A polémica ganhou novos contornos nos últimos dias, a partir do anúncio feito pelo advogado do magistrado particularmente visado, no sentido de levar a julgamento vários políticos, comentadores e humoristas, mais contundentes nas críticas a recentes decisões judiciais sobre o tema, sob a acusação de ofensas à honra.

Este anúncio teve, evidentemente, o efeito concreto de avolumar o impacto do tema, que tem ocupado invariavelmente as páginas dos jornais e das televisões e que divide com as eleições europeias o centro do debate público actual.

Vamos, pois, a ele!

3 - O Presidente da Associação Sindical dos Juizes, a propósito deste alargamento de âmbito do tema, veio conceder - e fez bem, dado o agravamento do tom do debate - que as decisões judiciais não estão imunes à crítica.

Crítica, evidentemente, para além da que, em caso de recurso da decisão, incide na matéria propriamente técnico-jurídica.

Crítica, pois, do que poderemos chamar a mundividência do magistrado: os seus valores e princípios morais, as suas convicções e personalidade, as suas opiniões e cultura, que sejam descortináveis na sentença.

Com efeito, as concretas decisões tomadas não têm constituído, por assim dizer, o corpo do delito e o objecto da crítica.

Desconhece-se a prova, ignora-se a forma como se formou a convicção do juiz - e pode até aceitar-se que as decisões em causa se encontram fundamentadas segundo a lei vigente.

Mas o ponto é outro - pelo menos, é o que penso: até que medida uma eventual invocação de motivos para a acção criminosa, ligada à personalidade do criminoso, possa ter tido influência como atenuante, se for incompatível com o quadro de valores democrático-constitucionais que nos enformam enquanto comunidade política?

Simplificando: se o agressor estiver intimamente convencido, de acordo com o seu quadro de valores e o substracto cultural ou religioso que o moldou, de que lhe é lícito lapidar a mulher, tal convicção pode ser atenuante da culpa na situação concreta?

Penso que não; e que, se a lei o permite, é esta que deve também mudar.

Ou (mudar) os julgadores que a interpretam e aplicam ...

É difícil e lento o percurso para a modernidade; e não se mudam formas de organização mental do dia para a noite.

Ainda demoraremos muito a ser um país civilizado - e as abjecções das praxes "académicas" não auguram que a formação para a igualdade seja uma prioridade. Nas elites, que deveriam ser a alavanca do progresso.

4 - Por singular coincidência, calhou também coincidir este tema com o da consagração do Estatuto do Cuidador Informal.

Trata-se de um outro mundo em que o centro é, como no estatuto de vítima, ocupado também pelas mulheres: seja a cuidar de velhos, seja de crianças, ou seja ainda de membros da família com deficiência.

A acompanhar a organização e as tarefas da casa, como é corrente.

Apetece recordar - com o devido distanciamento do registo, naturalmente, Vinicius de Moraes: "E no longo capítulo das mulheres, Senhor, tende piedade das mulheres/ Castigai minha carne, mas tende piedade das mulheres/ Enlouquecei meu espírito, mas tende piedade das mulheres/ Ulcerai minha carne, mas tende piedade das mulheres!// Tende piedade, Senhor, de todas as mulheres/ Que ninguém mais merece tanto amor e amizade/ Que ninguém mais deseja tanto poesia e sinceridade/ Que ninguém mais precisa tanto alegria e serenidade.//Tende infinita piedade delas, Senhor, que são puras/ Que são crianças e são trágicas e são belas/ Que caminham ao sopro dos ventos e que pecam/ E que têm a única emoção da vida nelas.// Tende piedade delas, Senhor, que dentro delas / A vida fere bem mais fundo e mais fecundo/ E o sexo está nelas, e o mundo está nelas/ E a loucura reside nesse mundo.// Tende piedade, Senhor, das santas mulheres/ Dos meninos velhos, dos homens humilhados - sede enfim/ Piedoso com todos, que tudo merece piedade/ E se piedade vos sobrar, Senhor, tende piedade de mim!"

Mas é preciso bem mais do que piedade divina ...

BRAGANÇA

Batismo de voo em prol da compra de carrinha para a União Distrital das IPSS

“Sábado vamos andar de avião?”. Experimentar pela primeira vez ou desfrutar de uma sensação já conhecida, mas que desperta sempre entusiasmo, é o desafio do Aero Clube de Bragança (ACB) e da União das IPSS do Distrito de Bragança (UIPSSDB).

Assim, todos os sábados o Aero Clube de Bragança levará a voar todos os que ajudarem a causa solidária de 2019.

À semelhança de anos anteriores, em que a vertente solidária sempre esteve presente, o ACB decidiu, neste ano de 2019, apoiar a UIPSSDB.

Esta iniciativa, que conta com o patrocínio do ACB, destina-se à aquisição de uma carrinha de transporte de pessoas que a União Distrital irá colocar a serviço próprio e das IPSS suas associadas.

Se em anos anteriores o ACB, fruto das suas iniciativas, sempre destinou algum apoio a IPSS do distrito, desta feita, com o protocolo agora assinado com a UIPSSDB irá canalizar toda a receita de venda de rifas do «CARETO AirShow» 2019 e 10% da receita do merchandising ACB e ainda proporcionar 54 voos a utentes das instituições associadas que nunca tenham voado.

Para além disto, o lucro dos Batismos de Voo que serão feitos todos os sábados durante o ano também será endereçado à UIPSSDB. Assim, todos os sábados a partir das 9h00, e sempre que as condições meteorológicas o permitam, haverá batismos de voo no Aeródromo Municipal de Bragança com a finalidade de angariar receita para esta causa solidária.

“É, sem dúvida, uma iniciativa conjunta de excelência, que visa apoiar as várias IPSS do Distrito e que são associadas da União”, começou por dizer Paula Pimentel, presidente da UIPSSDB, deixando um desafio: “Saliento o facto de, tanto a UIPSSDB como o ACB, serem instituições sem fins lucrativos, que se juntaram para, num trabalho de rede, beneficiar inúmeras pessoas, inúmeras



instituições e, conseqüentemente, quem delas precisa. Assim, apelamos a que tanto os dirigentes, como colaboradores, utentes e amigos das IPSS possam vir a usufruir de uma viagem aérea magnífica, contribuindo, desta forma, para uma boa causa. Juntos podemos voar bem alto, em busca dos nossos sonhos”.

Por seu turno, Nuno Fernandes, presidente do ACB, sublinhou que este não é um ato isolado.

“Mais uma vez quisemos ajudar. Como já vem sendo hábito, o ACB está atento aos problemas sociais. Na verdade, aquilo que fazemos é criar formas, através do trabalho da Direção e sócios do

ACB, de angariar receita para os bens necessários. Além disso, oferecendo voos a todos aqueles que não teriam maneira de o fazer de outra forma, estamos a dar um pouco de nós e a criar momentos inesquecíveis a todas essas pessoas. Confessamos que isso nos dá um gosto enorme, esse partilhar de emoções. Também nós como associação sem fins lucrativos necessitamos de apoios, mas consideramos que os podemos partilhar com aqueles mais desfavorecidos”.

Então, aproveite e aventure-se um destes sábados até Bragança e desfrute de um voo sobre uma cidade carregada de história e cheia de beleza.

MIRANDA DO CORVO

Trilhos do Futuro promove workshop «Carta de Artesão e Unidade Produtiva Artesanal»



O CLDS 3G – Trilhos do Futuro, que tem como entidade coordenadora a Fundação ADFP, entidade promotora o Município de Miranda do Corvo e entidade executora a Santa Casa da Misericórdia de Semide, organizou com a CEARTE, e em parceria com a autarquia, o workshop «Carta de Artesão e Unidade Produtiva Artesanal».

Contribuir para reforçar o potencial que o sector do artesanato e das produções locais de Miranda do Corvo tem na criação de

oportunidades de emprego, na geração de riqueza, na oferta turística e na animação de desenvolvimento do território é a aposta desta iniciativa.

A sessão de apresentação foram dados a conhecer, entre outras questões de interesse, a forma de obtenção e os benefícios da carta de artesão e da carta de unidade produtiva artesanal, os apoios do IEFP ao artesanato (apoios ao emprego e à participação em feiras) através do programa de Promoção das Artes e Ofícios, também apoios

e incentivos do PDR 2020 às produções locais ou ainda os requisitos básicos para a legalização e licenciamento das atividades produtivas da área alimentar.

Estiveram presentes, como destinatários, 35 artesãos, pequenos produtores das áreas agroalimentares e outras, pequenos comerciantes e outras unidades produtivas, desempregados inscritos no GIP, outros profissionais ligados às áreas dos produtos endógenos, do património e das indústrias culturais e criativas.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DE PARALISIA CEREBRAL

Em Portugal ainda está muito por fazer em matéria de avaliação precoce

A Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, foi o local escolhido para ser apresentado o relatório «Paralisia Cerebral em Portugal no Século XXI. Indicadores Regionais (2018)», documento elaborado pelo Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral aos 5 Anos de idade (PVNPC5A).

Formalizada a constituição do consórcio de entidades que organiza e coordena o Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral em Portugal – que em 2018 foi alargado também ao Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge –, coube a Guilherme d'Oliveira Martins, administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, abrir a cerimónia.

Sublinhando que a Fundação Calouste Gulbenkian “esteve, desde sempre, empenhada a promoção da dignidade humana”, d'Oliveira Martins considerou que a formalização do consórcio “foi a resposta adequada, pois esta é uma temática para a qual a sociedade precisa de encontrar soluções e respostas”.

Após a assinatura dos acordos foi, então, apresentado o relatório «Paralisia Cerebral em Portugal no Século XXI. Indicadores Regionais (2018)», da autoria de Daniel Virella, Teresa Folha, Maria da Graça Andrada, Ana Cadete, Rosa Gouveia, Teresa Gaia, Joaquim Alvarelhão e Eulália Calado, contando com edição da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral.

Integrando representantes das pessoas com Paralisia Cerebral, da sociedade civil e da administração pública, o Programa e o Registo dão, assim, “um contributo inestimável para a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde e das condições de vida da pessoa que vive com paralisia cerebral”, disse Abílio Cunha, presidente da FAPPC, ao SOLIDARIEDADE.

O relatório sumaria as complexas exigências de intervenção relacionadas com a paralisia cerebral para todas as crianças. E elenca como prioridades “uma avaliação multidisciplinar clínica e funcional integrada, além de estratégias de acompanhamento e intervenção, nomeadamente a nível de controlo clínico, identificação de necessidades e atribuição atempada de produtos de apoio, uma intervenção enquadrada no tempo e com periodicidade adequada e, por último, o apoio à integração familiar, escolar e social”, destacou o coordenador do estudo, Daniel Virella.

“Em Portugal ainda há muito por fazer”, sustentou Daniel Virella, acrescentando que, “comparando com outros países, já fizemos muito mais”.

Os dados “apontam para uma diminuição dos casos de paralisia cerebral registados, algo que pode não coincidir com os casos de facto existentes, e não sinalizados ou identificados”, frisou o coordenador do relatório.

Os próximos desafios passam por alargar este tipo de estudo/análise a “outros ciclos”, ou seja, “não restringir aos 5 anos – altura na qual a intervenção é muito importante –, mas assumindo que a paralisia cerebral exige muito de muitos, ao



longo de toda a vida”, afirmou Daniel Virella.

“Hoje demos um grande passo, mas que não seja o último! E demos este passo porque houve coragem, do Instituto Nacional para a Reabilitação, em valorizar este projeto de avaliação precoce”, sustentou Abílio Cunha, líder da FAPPC, acrescentando: “Quanto mais precocemente existir, melhores serão os resultados no futuro. E quanto mais cedo for o diagnóstico, melhor será a intervenção. E quanto melhor for a intervenção, sobretudo nos primeiros anos de vida, melhores são as probabilidades de se possibilitar aos indivíduos um futuro normal”.

O presidente da Federação das Associações Portuguesas da Paralisia Cerebral considerou que

“da leitura estudo se pode passar a outra atitude, que é ter ferramentas para, junto do poder político, começar a planear o futuro destas crianças, quer a nível escolar, quer a nível de realização pessoal e social, para virem a ter um desempenho como os outros cidadãos”.

O Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral aos 5 anos é uma iniciativa conjunta da FAPPC e de diferentes sociedades científicas da área da saúde, contando com a colaboração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (através do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian) e tem como objetivo monitorizar os indicadores clínicos, funcionais e epidemiológicos relevantes na paralisia cerebral.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- | | | | | |
|------------|-------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE | STRONG CHARON TAMPER | UPK CLIMAMOR |
| B2B | CERGER | FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE | IBERLIM | PAPIRO VALDOC |
| VIVAMAIS | SERDIAL | BIOSOG | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
 TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

STRONG CHARON
 Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CONTACTE-NOS



IPSS PODEM SER BENEFICIADAS

Startup criou plataforma para combater desperdício alimentar

Uma ‘startup’ instalada no Parque da Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, criou uma plataforma que permite a restaurantes e padarias venderem o excesso de fabrico e contribuir para o “combate ao desperdício alimentar”, revelou o responsável.

Em entrevista à Lusa, Carlos Pereira, coordenador em Portugal da empresa de base tecnológica em fase de desenvolvimento FairMeals, explicou que o projeto, iniciado em 2016, tem como propósito “ajudar os serviços de alimentação a venderem o excesso produzido”, permitindo a redução do prejuízo financeiro, assim como do desperdício alimentar.

“Existem algumas organizações não governamentais que já enfrentam a batalha do desperdício alimentar, só que normalmente focam-se apenas no desperdício. Nós queríamos que a FairMeals fosse além disso, unindo não só a sustentabilidade com a redução do desperdício, mas também considerando o lado do empreendedor, que ao mesmo tempo consegue obter algum retorno financeiro”, contou Carlos Pereira.

A ‘startup’, que surge da “indignação face

ao desperdício alimentar” de dois colegas da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), Christian Wimmmler e Tiago Fernandes, opera na Alemanha e em Portugal.

A nível nacional, a ‘startup’ conta com a parceria de 34 serviços alimentares, desde padarias, pastelarias e restaurantes, sendo que 32 parceiros se localizam no Porto, um em Lisboa e outro em Coimbra.

Desenvolvida em janeiro de 2018, a plataforma, que é gratuita tanto para consumidores como para estabelecimentos, funciona através de “ofertas de excedente” de alimentos, onde o proprietário do estabelecimento define o produto, a quantidade e o horário em que se encontra disponível para levantamento.

“Todas as ofertas que são colocadas na plataforma tem um desconto mínimo obrigatório de 20%. Definimos esse desconto porque não são refeições frescas, ou seja, produzidas na hora e porque o consumo não é feito no estabelecimento”, esclareceu.

Para os consumidores, o ‘site’ funciona como um sistema de “reserva de produtos”, que, ao

gerar um código, permite o pagamento e a recolha dos alimentos no estabelecimento.

Segundo Carlos Pereira, atualmente, a plataforma conta com cerca de 700 utilizadores registados em Portugal e na Alemanha.

A equipa da FairMeals, que lançou em outubro de 2018 a aplicação para o sistema operacional da Android e está agora a trabalhar na adaptação da mesma ao sistema operacional da Apple (iOS), contabiliza, diariamente, uma média de 19 ofertas.

Neste momento, a equipa encontra-se a “melhorar o ‘site’” e em negociações com uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que opera a nível nacional, e com uma empresa de tratamento de resíduos com o objetivo de “aproveitar os alimentos” que não são vendidos através da plataforma.

“O que não for vendido pode ser doado a instituições de cariz social. Caso não seja vendido, nem possa ser doado, queremos dar o tratamento adequado a esses produtos, como para a produção de energia ou até alimentação animal”, frisou Carlos Pereira.

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
 - TSR - Utentes
 - TSR - Bancos
 - TSR - Associados
 - TSR - Rendas
 - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS) RECEITAS SEM PAPEL

entre outras



ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556 - r/c
Apartado 1071 EC Lameiras
4836-908 Guimarães.

TELEFONE (351) 253 408 326
TELEMÓVEL (351) 939 729 729

ENCONTRE-NÓS EM
www.tsr.pt tsr@tsr.pt

+ DE 40 APLICAÇÕES

+ DE 900 CLIENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO






LIVRO “MAUS-TRATOS A PESSOAS IDOSAS”

Maus tratos contra os idosos são fenômeno que vive do silêncio

Os maus tratos e a violência contra pessoas idosas são fenômenos que vivem do silêncio e existem tanto nas famílias como nas instituições e sobre o quais surgiu agora um livro para melhor detetar, prevenir e combater estes casos.

O livro “Maus-Tratos a Pessoas Idosas” reúne trabalho de vários autores e inclui temas que vão desde a tipologia dos maus tratos, estratégias de prevenção, deteção e intervenção, violência em contexto familiar e institucional, envelhecimento das pessoas com deficiência até ao suicídio nos mais idosos.

Mauro Paulino, um dos coordenadores do livro apontou que a obra pretende ser não só um manual que consciencialize e sensibilize para este problema, mas também que ajude a sinalizar e a intervir nas mais variadas áreas.

De acordo com Mauro Paulino, os maus tratos contra os idosos são um fenómeno que vive do silêncio, “à semelhança do que acontece com outras manifestações de violência”.

“Há aquilo que nós chamamos de fenómeno icebergue. Muitos dos casos estão no silêncio, seja por receio da vítima, seja pelo silêncio das pessoas que sabem destas situações, mas não as denunciam”, apontou, sublinhando que os maus tratos não são uma realidade exclusiva nas famílias e destacou que “também há maus tratos em contexto institucional”.

“Os maus tratos em contexto institucional é um tema mais recente, porque na consciência

social, se colocamos um idoso numa instituição, a ideia é que lá ele seja bem cuidado e bem tratado”, explicou, acrescentando que a sociedade está mais desperta para quando os maus tratos acontecem na família.

Mauro Paulino apontou que a violência institucional contra os idosos pode traduzir-se na precariedade da assistência, medicação excessiva para os idosos estarem menos ativos e darem menos trabalho, desnutrição, desidratação, falta de higiene ou mesmo situações de idosos amarrados a camas.

Por oposição, a violência familiar tem uma expressão mais individualizada, tanto da parte da vítima como do agressor.

Defendeu que a fiscalização é fundamental e sublinhou que há cada vez mais a noção das várias formas de violência e de como podem ser identificadas. “Ficamos muito presos à ideia de que os maus tratos a pessoas idosas são apenas os maus tratos físicos ou então questões financeiras e de exploração material e nós chamamos a atenção também para os maus tratos psicológicos que muitas vezes são associados à componente física, mas também ao não respeito pela dignidade”, apontou, acrescentando que muitas vezes também há uma relação com situações de negligência e abandono.

Mauro Paulino salientou que os autores do livro sentiam duas grandes lacunas, entre material pouco atualizado e disperso, destacando

que a obra traz “duas grandes vantagens”: capítulos devidamente atualizados em termos de referências e toda a matéria devidamente compilada.

Por outro lado, destacou que o livro inclui grelhas que tanto os profissionais como os familiares podem usar de modo a fazerem um diagnóstico e a perceber a diferença entre uma situação accidental ou um caso com dolo.

Dá como exemplo o capítulo referente ao enquadramento jurídico-penal, explicando que serve para ajudar os profissionais a perceber o que é que um tribunal precisa de entender sobre o que se está a passar e assim “conseguir mais condenações ou pelo menos mais elementos de prova para que a investigação criminal avance”.

“Este livro traz grelhas, traz tabelas, ferramentas, traz inventários de instrumentos e de metodologias que podem e devem ser utilizados por quem lida com estas problemáticas, com visão de reação, mas também de prevenção”, adiantou.

Destacou que o livro tem uma “visão completamente pragmática virada para a sensibilização e identificação, mas também para o tratamento deste tipo de violência, com modelos de intervenção, instrumentos de deteção e de avaliação que são fundamentais aos profissionais e cuidadores”.

SECRETÁRIO-GERAL DA OCDE

Confiança no futuro é fator de promoção da natalidade

O secretário-geral da OCDE considera que um fator determinante na promoção da natalidade é a confiança no futuro, além do emprego e da habitação, frisando que a confiança aumenta o consumo, o investimento e, tendencialmente, o número de filhos.

“O que decide o número de filhos nas famílias é a perspetiva ou a perceção do futuro. Se uma pessoa tem confiança no futuro vai consumir, se tem confiança no futuro e é um empreendedor, vai fazer investimentos, e, no caso de uma família, [se tem confiança no futuro] a pessoa vai ter filhos”, afirmou Angel Gurría, em Lisboa.

“Há a questão do emprego, da qualidade do emprego, e depois do acesso à habitação, mas trata-se de uma questão mais geral, de confiança”, acrescentou o secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), quando questionado

sobre medidas de promoção da natalidade em Portugal, à margem da apresentação do relatório da instituição sobre Portugal, que decorreu em Lisboa.

Angel Gurría frisou que os níveis de natalidade mais baixos existem nos países com níveis de vida mais elevados, sejam “budistas, católicos ou protestantes”, acrescentando que são cruciais os problemas de acesso à habitação, nomeadamente para “os jovens que desejam ter a sua independência” e nem sempre o conseguem.

O secretário-geral da OCDE alertou para que existe “um problema de confiança dos jovens no futuro” e que essa é “a questão mais importante”.

“As novas gerações não acreditam que vão estar tão bem como os seus pais. E isto é muito dramático porque rompe com uma tradição. Todas as gerações pensavam que podiam vir a estar melhor do que os pais. Neste

momento, temos uma crise de expectativas”, frisou, acrescentando que as razões para esta crise são de vária ordem, e incluem a última crise económica e as dezenas de milhões de empregos perdidos.

Outro fator apontado por Angel Gurría para a promoção da natalidade é a qualidade das creches.

“Esta é uma coisa importantíssima em todos os países do mundo e tem um efeito quase mágico, imediato, muito rápido. Mas é necessário criar toda uma geração de profissionais”, afirmou o secretário-geral da OCDE.

Os últimos dados divulgados pelo Eurostat (o gabinete de estatísticas da União Europeia) mostraram que o índice de fertilidade em Portugal fixou-se nos 1,36 nascimentos por mulher em 2016, abaixo da média dos 35 países da OCDE, de 1,65 filhos, e também abaixo da média dos 28 países da UE, de 1,60 filhos.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



GIGANTES TECNOLÓGICAS

O Cerco Aperta-se

Volto à minha obsessão com as gigantes tecnológicas.

A Facebook não para de nos surpreender com revelações chocantes. Soubemos agora que a tecnológica terá pago 20 dólares por mês a pessoas entre os 15 e os 35 anos para que estas permitissem a recolha de dados dos seus iphones violando a política de privacidade da Apple.

Uma comissão do parlamento do Reino Unido concluiu que a Facebook deve ser investigada por violação intencional das regras de privacidade. O relatório da comissão recomenda a instituição de um regulador para as redes sociais pago por uma taxa imposta sobre as empresas. No mesmo relatório é feita uma crítica pessoal a Mark Zuckerberg verdadeiramente demolidora.

Quando mais sabemos, mais aterrados ficamos.

O lado positivo de tudo isto é que, aos poucos, os decisores políticos vão percebendo que assobiar para o lado e fingir que não vêem não é opção. Apesar de tudo, como diria Galileu: “e pur si muove” - as autoridades políticas vão, aqui e ali, mostrando vontade de agir.

Já ficou claro que este vai ser um tema central nas primárias democratas para a escolha do adversário de Trump nas eleições presidenciais de 2020. Elizabeth Warren, uma das candidatas que já está no terreno, colocou o tema na agenda da sua campanha e os restantes candidatos (os que já estão na corrida e os que ainda vão aparecer) arriscam demasiado se ignorarem o problema.

Também nos Estados Unidos, o senador Mark Warner diz estar a trabalhar em legislação que vai obrigar as gigantes tecnológicas a publicar o valor económico dos dados que recolhe dos seus utilizadores.

Porventura, se os utilizadores souberem que o valor económico dos seus dados para a rede social duplicou e o nível de serviços é o mesmo, estarão mais propensos a mudar de rede social ou motor de busca.

Isto funcionaria muito bem se houvesse concorrência real. Não havendo concorrência poderemos ter utilizadores furiosos, mas poucos resultados práticos.

Lembro que uma das minhas crónicas anteriores se centrou justamente sobre como poderíamos criar concorrência real aos monopólios atuais das gigantes tecnológicas. Sem concorrência real não há muito que possamos fazer para combater os monstros. Claro que se podem

sempre regular os monopólios. O problema é que a experiência histórica nos ensina que, com o tempo, é relativamente fácil o regulado capturar o regulador.

Na Alemanha a autoridade da concorrência levou a cabo uma investigação durante três anos com vista a perceber se a capacidade da Facebook acumular montanhas de dados dos utilizadores pode criar barreiras à concorrência e causar danos a consumidores.

Pode estar na calha, por exemplo, a proibição da Facebook recolher dados a partir serviços de partes terceiras onde é possível interagir com a rede social através de “likes”.

Nesta procura de medidas mitigadoras do risco da concentração de quantidades colossais de dados nas mãos das empresas tecnológicas corre-se o risco de confundir duas dimensões: a questão da garantia de privacidade dos dados pessoais e o tema da concorrência.

A questão da privacidade dos dados já tem uma ampla cobertura legal na Europa (ao contrário dos Estados Unidos) depois da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). A multa recentemente aplicada à Google pelo governo francês mostra que não estamos aqui a falar de mera retórica. Ou seja, nesta frente já há progressos reais!

O tema da concorrência é muito mais complexo. Vai predominando nesta matéria o pensamento da escola de Chicago, segundo o qual a concentração de poder de mercado não é particularmente perigosa desde que os preços no consumidor não sejam acrescidos. Se uma empresa de grande dimensão deseja comprar outra de grande dimensão e com isso ganha uma quota de mercado desmesurada pode não ser grande problema desde que a empresa compradora seja, por exemplo, tradicionalmente a que pratica preços mais baixos. A concentração pode não prejudicar os consumidores uma vez que os preços, no limite, até podem baixar.

Contudo, uma nova escola de pensamento está a emergir e a colocar o tema da concorrência com um foco mais amplo. Não chega olhar para os consumidores – é necessário olhar para o conjunto da sociedade e, quando perdemos a vesga perspetiva dos preços no consumidor, a coisa muda de feição.

Os consumidores podem nem ficar pior de um ponto de vista dos preços, podem até nem pagar nada pelos serviços como acontece em

redes sociais ou motores de busca, contudo, isso não impede que a comunidade fique pior: podem estar em causa valores superiores ao bem-estar imediato dos consumidores, desde logo a qualidade da democracia.

É, portanto, necessária uma nova visão do tema da concorrência. Essa visão está a ser construída aos poucos e há que reconhecer que o trabalho mais avançado nesta matéria está a ser feito na Europa.

Numa conferência recente na Universidade de Cambridge, Margrethe Vestager, a comissária da concorrência, disse: “... estamos a olhar de perto se empresas usam o seu controlo sobre dados para causar danos à concorrência. Precisamos de saber se as regras (atuais) da concorrência estão adaptadas a um mundo onde os dados se tornaram ainda mais vitais.”

A comissária da concorrência adiantou que a União Europeia criou uma task force de académicos que deverá apresentar as primeiras conclusões em março deste ano.

Não se pense que são só os motores de busca ou as redes sociais que podem cair em breve sob o escrutínio de novas regras de concorrência. A Amazon, por exemplo, sob a aparência de uma inocente retalhista eletrónica, pode estar a criar um monstro capaz de tolher a concorrência.

A Amazon vende produtos de cujo abastecimento e logística se responsabiliza, mas também funciona como plataforma de venda de produtos de terceiros a cujos dados passa a ter acesso. Quem garante que esses dados não são usados para tolher a concorrência?

Ficámos a saber que a autoridade da concorrência alemã já terá lançado uma investigação sobre a Amazon. Tal como no caso da recolha de dados de entidades terceiras pela Facebook, poderemos estar aqui perante uma iniciativa pioneira que pode abrir a porta para um caso maior ao nível de toda a União.

Mas há uma outra frente que pode doer ainda mais às gigantes da tecnologia – a regulamentação dos direitos de autor de conteúdos divulgados no ciberespaço.

Aparentemente os países da União Europeia estarão próximos de um acordo sobre esta matéria que pode mudar profundamente o modelo de negócio de nomes como Google, Facebook, Twitter e quejandos.

Esta ainda vai doer ainda mais, mas fica para uma próxima crónica.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Portugal: ainda há pouco tempo era assim...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

7 de março é dia nacional de luto pelas vítimas

O Presidente da República promulgou o decreto do Governo que institui um dia de luto nacional pelas vítimas de violência doméstica convencido de que, mais do que “mero ato simbólico”, significa “maior mobilização nacional” contra “este flagelo”.

“Na convicção de que mais do que mero ato simbólico, o luto ora decretado significa maior mobilização nacional, incluindo todos os órgãos de soberania, no combate a este flagelo da nossa sociedade, bem como que as vítimas de outras tragédias nacionais não são esquecidas, o Presidente da República promulgou o decreto do Governo que declara luto nacional no dia 07 de março de 2019 pelas vítimas de violência doméstica”, lê-se numa nota publicada hoje na página na internet da Presidência da República.

O dia de luto nacional pelas vítimas de violência doméstica foi proposto ao Conselho de

Ministros pela ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva, e aprovado pelo Governo.

No fim do Conselho de Ministros foi também anunciado que a equipa técnica multidisciplinar constituída para apresentar propostas concretas em matéria de violência doméstica começa a trabalhar no primeiro dia oficial de luto para apresentar propostas concretas. A equipa técnica multidisciplinar será coordenada pelo procurador Rui do Carmo, atual responsável pela Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica. Terão de apresentar em três meses propostas concretas sobre recolha de dados, aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção das vítimas e reforço dos modelos de formação de quem atua nesta área.

Os números de vítimas têm vindo a

umentar. Até ao final do mês de Fevereiro a GNR tinha registado 47 casos de violência doméstica tendo emitido comunicados no seu site oficial, relatando que foram feitas detenções de suspeitos da prática do crime referido, sendo que em cinco casos houve apreensão de armas a alegados agressores.

A PSP esclareceu que foram detidos, nos dois primeiros meses deste ano, 79 pessoas (no ano passado tinham sido 598 no ano todo e em 2017 565). Os suspeitos são sobretudo homens.

Num balanço atualizado a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) indicou que, em 2018, 28 mulheres foram assassinadas e, em 2017, 20. Ao todo, em Portugal, foram mortas em contexto de violência doméstica, entre 2004 e o final de 2018, um total de 503 mulheres.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL